

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

David José Diniz

**RELAÇÃO ENTRE GESTÃO EDUCACIONAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE
CASO NUM MUNICÍPIO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Itajubá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientadora: *Dra. Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano*

Itajubá

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

David José Diniz

**RELAÇÃO ENTRE GESTÃO EDUCACIONAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE
CASO NUM MUNICÍPIO MINEIRO**

Dissertação aprovada por banca examinadora em 04 de agosto de 2006, conferindo ao autor o título de **Mestre em Ciências em Engenharia de Produção.**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano – UNIFEI (Orientadora)

Profa. Dr. Carlos Eduardo Sanches da Silva - UNIFEI

Prof. Dr. Alceu Antônio da Costa - FACESM

Itajubá

2006

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca Mauá –
Bibliotecária Margareth Ribeiro – CRB_6/1700

D585r

Diniz, David José

Relação entre gestão educacional e desenvolvimento local:
Estudo de caso num município mineiro / David José Diniz. --
Itajubá (MG) : [s.n.], 2006.

81 p. : il.

Orientadora : Profa. Dra. Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá.

1. Educação. 2. Desenvolvimento rural. 3. Cultura. 4. Gestão
educacional. 5. Escola – Comunidade. I. Stano, Rita de Cássia
Magalhães Trindade Stano, orient. II. Universidade Federal de
Itajubá. III. Título.

CDU 37.062(043)

Dedico esta pesquisa a todos que amam o magistério e acreditam na capacidade humana de crescer e buscar o melhor de si e dos outros.

Agradecimentos

Gratidão é pouco, no limite verbal que nos é imposto, porém é a forma que tenho para expressar o que sinto e sentirei por todos aqueles que de uma forma ou outra me ajudaram em mais esta conquista.

Sou grato a Deus, porque Ele é e sempre será...

Sou grato aos meus pais, que amo muito, e a minha família, foram vários momentos incompreendidos, porém todos, todos vividos...

Sou grato a minha Professora Rita, não só pela orientação, mas e, principalmente, pela pessoa que ela foi e é, firme e sensata sem perder o humor; dura e exigente sem deixar de ser amorosa; encorajadora e sonhadora sem deixar de ter os pés no chão; exemplo que levarei para sempre, exemplo de professora, de orientadora, de pessoa, pessoa humana. Meu muito obrigado...

Sou grato aos professores que tive, aos meus queridos ex-alunos Rodolfo e Airton pela ajuda, a minha amiga e companheira de escola Eliana Benfatti...

Sou grato também ao Sr. Getúlio de Assis por ter apostado e acreditado nesta pesquisa...

Sou grato a EMATER, ao IBGE, a CEMIG, a Escola Técnica LIMASSIS e Fundação Roge, a Prefeitura Municipal de Delfim Moreira, a Associação Comercial de Delfim Moreira pelos dados e informações valiosas...

Sou grato também a todos os sujeitos desta pesquisa, moradores de Delfim Moreira que me receberam e deram suas imprescindíveis contribuições...

Sou grato em especial ao Leonardo Guedes, pessoa cuja contribuição foi fundamental para a realização desta pesquisa...

E, por fim, agradeço a todos os meus amigos que me aturaram durante todo este período, seja na minha falta de tempo ou de paciência.

Meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar as influências de uma organização educacional no desenvolvimento sócio-econômico de uma cidade mineira predominantemente rural. Tem por objetivos específicos mapear as mudanças sócio-econômicas das zonas urbana e rural de Delfim Moreira, identificar os aspectos que mudaram na vida da comunidade e levantar o conhecimento/informações que a população tem acerca da Escola Técnica LIMASSIS (ETL) – Fundação Roge. Assim, fornecendo, para a instituição em evidência, subsídios que possam gestar suas ações da melhor maneira possível no sentido de alcançar seus objetivos e metas e contribuir para o meio em que se insere. Como ferramentas de pesquisa foram realizadas, no período de 01/2004 a 06/2005, entrevistas semi-estruturadas com gestores de negócios e serviços públicos, aplicados questionários junto aos gestados, estabelecimentos comerciais e população da zona urbana e rural, além da análise de vários documentos. Os resultados obtidos revelaram que apesar do pouco tempo de existência da ETL, desde sua criação ela desencadeou uma série de mudanças no município, algumas mais perceptíveis, como as sentidas pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais e outras menos, por exemplo, na zona rural, porque mais distante. Entretanto, fica evidente, dentre outras, a necessidade de avaliação permanente dos impactos da ETL e de seu projeto educacional para fortalecimento da cultura local.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento Rural; Escola-Comunidade; Cultura; Gestão Educacional.

ABSTRACT

This research aims to analyse all the influences of the Educational Organization in the social economical development in a rural city in the state of Minas Gerais. The specific purposes are approach the social economical changes of the countryside and the city of Delfim Moreira, identifying the aspects that changed the life of the community and increase the knowledge that the population has about the Escola Técnica Limassis (ELT) - Fundação Roge. So, providing for the Institution subsidies that can manage its actions of the best way to get the goals and contributes to the city where it stays. Some tools of research were made of period started in January, 2004 until July, 2005, like half structured researches with business managers, commercial establishment and the population of the city and of the countryside, made questionnaires with managers and analysis of several documents. The result developed that although few time existence, since that the Escola Técnica Limassis (ELT) was built and it developed a lot of changes in the town. Some changes are more visible as managers of the commercial establishment can feel and others less, for example, in the countryside because it is more distant. However, it's sure the need of a constant assessment of impacts of the ELT and the Educational project to appreciation of the local culture.

Key words: Education; Rural Development; School and Community; Culture; Manager.

SUMÁRIO

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Sumário	vii
Abreviaturas	ix
Lista de Quadros	x
Lista de Gráficos	xi
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 – Problematização	2
1.2 – Justificativa	2
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1 – Espaço rural - Espaço Urbano	4
2.2 – Cultura: cenários	6
2.3 – Desenvolvimento rural e educação	7
2.4 – Educação profissional e avaliação escolar	12
2.5 – Gestão estratégica na educação	18
CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	24
3.1 – Pesquisa qualitativa em educação	24
3.2 – Estudo de caso	26
3.3 – Cenário	27
3.3.1 – Delfim Moreira	27
3.3.2 – Escola Técnica LIMASSIS - Fundação Roge	35
3.4 – Ferramentas e levantamentos de dados	38
3.5 – Análise documental	40
CAPÍTULO 4 – QUESTIONÁRIO: RESULTADOS E ANÁLISES	45
4.1 – Dos estabelecimentos comerciais	45
4.2 – Da população: urbana e rural	54
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	66

5.1 – Externo (comunidade) interferindo no interno (escola)	71
5.2 – Interno (escola) interferindo no externo (comunidade)	72
5.3 – Interferências mútuas: interno (escola) interferindo no externo (comunidade) e vice-versa	73
CAPÍTULO 6 – ENCAMINHAMENTOS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXOS	
ANEXO I – Questionário (Comércio)	
ANEXO II – Questionário (População)	

Abreviaturas

ABE - Associação Brasileira de Educação

ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas

APLs - Arranjos Produtivos Locais

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CNE - Conselho Nacional de Educação

EBC - Ensino Básico Completo

EBI - Ensino Básico Incompleto

EFC - Ensino Fundamental Completo

EFI - Ensino Fundamental Incompleto

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMC - Ensino Médio Completo

EMI - Ensino Médio Incompleto

ESC - Ensino Superior Completo

ESI - Ensino Superior incompleto

ETL - Escola Técnica LIMASSIS

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB - Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NE - Nunca Estudou

ONGs - Organizações Não Governamentais

PME - Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEP - Programa Expansão da Educação Profissional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Lista de Quadros

Quadro 3.1: Queda na produção das principais fruticulturas do município de Delfim Moreira	30
Quadro 3.2: Diminuição do número de indústrias de produtos alimentícios do município de Delfim Moreira	30
Quadro 3.3: Distribuição da população delfinense e ocupação por setor econômico	31
Quadro 3.4: Serviço de energia no município de Delfim Moreira	31
Quadro 3.5: Serviço de telefonia particular e público no município de Delfim Moreira	31
Quadro 3.6: Condição de saneamento urbano do município de Delfim Moreira	32
Quadro 3.7: Condição de saneamento rural do município de Delfim Moreira	32
Quadro 3.8: Situação habitacional e quantificação de hospedagens do município de Delfim Moreira	32
Quadro 3.9: Número de estabelecimentos de ensino do município de Delfim Moreira	33
Quadro 3.10: Número de alunos matriculados do município de Delfim Moreira	33
Quadro 3.11: Produção anual por produto da agroindústria de Delfim Moreira	33
Quadro 3.12: Caracterização do artesanato de Delfim Moreira	33
Quadro 3.13: Tipos e quantidade de estabelecimentos comerciais de Delfim Moreira	34
Quadro 3.14: Quantidade e tipos de produtos de exploração pecuária de Delfim Moreira	34
Quadro 3.15: Quantidade e tipos de produtos de exploração agrícola de Delfim Moreira	35
Quadro 3.16 – Relação de municípios de origem de alunos da Fundação ROGE no ano de 2005	37
Quadro 3.17: Número de clientes atendidos por energia elétrica no município de Delfim Moreira/MG	39
Quadro 4.1: Estabelecimentos Comerciais de Delfim Moreira levantados durante a pesquisa	46

Lista de Gráficos

Gráfico 4.1: Número de questionários aplicados nas residências (zona urbana e rural) e nos comércios de Delfim Moreira	45
Gráfico 4.2: Números de estabelecimentos comerciais levantados em Delfim Moreira e participantes da pesquisa	46
Gráfico 4.3: Tempo de existência dos estabelecimentos comerciais de Delfim Moreira que participaram da pesquisa	47
Gráfico 4.4: Grau de conhecimento da Escola Técnica LIMASSIS por parte dos comércios do município de Delfim Moreira	48
Gráfico 4.5: Mudanças diretas sentidas e declaradas pelos comerciantes do município de Delfim Moreira	48
Gráfico 4.6: Porcentagem de estabelecimentos comerciais que citaram pontos positivos e negativos, para o comércio, percebidos após o funcionamento da ETL	50
Gráfico 4.7: Porcentagem de estabelecimentos comerciais que citaram pontos positivos e negativos, para o município, percebidos após o funcionamento da ETL	51
Gráfico 4.8: Pontos positivos, para o município, percebidos pelos comerciantes após funcionamento da ETL	51
Gráfico 4.9: Pontos negativos, para o município, percebidos pelos comerciantes após funcionamento da ETL	52
Gráfico 4.10: Atendimento quanto as expectativas relacionadas a ETL desde sua criação até os dias da realização da pesquisa	53
Gráfico 4.11: Expectativas futuras dos comerciantes de Delfim Moreira com relação a ETL	53
Gráfico 4.12: Características do sujeito-comunidade: tempo (anos) de residência em Delfim Moreira	54
Gráfico 4.13: Características do sujeito-comunidade: faixa etária (anos)	55
Gráfico 1.14: Características do sujeito-comunidade: número de pessoas por residência	55
Gráfico 4.15: Características do sujeito-comunidade: profissão	56
Gráfico 4.16 (A): Características do sujeito-comunidade (Z. Urbana): grau de escolaridade	57
Gráfico 4.16 (B): Características do sujeito-comunidade (Z. Rural): grau de escolaridade	57

Gráfico 4.17 (A): Grau de conhecimento da ETL por parte do sujeito-comunidade (Z. Urbana)	58
Gráfico 4.17 (B): Grau de conhecimento da ETL por parte do sujeito-comunidade (Z. Rural)	59
Gráfico 4.18 (A): Porcentagem de famílias participantes da pesquisa que possuem alguém que “trabalha” ou estuda na ETL – Z. Urbana	60
Gráfico 4.18 (B): Porcentagem de famílias participantes da pesquisa que possuem alguém que “trabalha” ou estuda na ETL – Z. Rural	60
Gráfico 4.19 (A): Porcentagem da população que relataram pontos positivo e negativo nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira – Z. Urbana	61
Gráfico 4.19 (B): Porcentagem da população que relataram pontos positivo e negativo nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira – Z. Rural	61
Gráfico 4.20 (A): Pontos positivos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Urbana	61
Gráfico 4.20 (B): Pontos positivos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Rural	61
Gráfico 4.21 (A): Pontos negativos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Urbana	62
Gráfico 4.21 (B): Pontos negativos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Rural	62
Gráfico 4.22 (A): Expectativas criadas com relação a ETL e grau de atendimento das mesmas – Z. Urbana	63
Gráfico 4.22 (B): Expectativas criadas com relação a ETL e grau de atendimento das mesmas – Z. Rural	63
Gráfico 4.23 (A): Expectativas futuras criadas pela população quanto a ETL – Z. Urbana	64
Gráfico 4.23 (B): Expectativas futuras criadas pela população quanto a ETL – Z. Rural	64

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Educação, cultura e desenvolvimento são três elementos que, dentro de uma sociedade, apresentam um entrelaçamento que precisa ser devidamente desvelado, devido ao seu caráter de complexidade. Tal complexidade aponta para a questão de se realizar a educação, inserida numa determinada cultura, tendo em vista o desenvolvimento das sociedades.

A educação, que tem como papel primeiro e principal a formação em seu sentido mais amplo e completo do ser humano e do cidadão, para garantir sua eficácia, deve ser baseada e proposta levando em consideração a cultura local. Deve-se tomar como base a cultura local ao elaborar uma proposta educacional para um grupo de pessoas no intuito de propor mudanças, aprimoramentos e fortalecimento acerca das necessidades reveladas ou descobertas junto às pessoas que serão envolvidas. Aqui, cultura é usado não como sinônimo de tradição e costumes de um grupo, mas como o modo de ser do mesmo (ORTIZ, 2003), pois só a partir desta visão é que a educação irá nortear suas ações de forma coerente, atendendo e respeitando público alvo.

A educação, quando direcionada, conduzida e embasada na cultura de seus formandos e, conseqüentemente, da comunidade local, terá maior garantia de que está conduzindo este grupo ao desenvolvimento. O desenvolvimento, embora remeta sempre a uma idéia de melhoria ou crescimento e a algo positivo e bom a ser alcançado, não é atingido nunca pela mesma forma por diferentes pessoas e principalmente diferentes comunidades. É aqui que muitos erram e não conseguem atingir seus objetivos, pois não é porque uma estratégia de desenvolvimento foi bem sucedida em um país, uma região, uma cidade ou mesmo em um grupo de pessoas que dará certo em outros.

Em suma, a educação só terá seus objetivos atendidos, dentre eles o de gerar desenvolvimento para um município ou região, quando compreendida a cultura deste meio. Entra, então, como garantia de efetivação, o papel da gestão educacional que utilize as vantagens da gestão estratégica, no sentido de acompanhar todo o processo a partir de metas definidas. Metas que devem estar consubstanciadas à cultura local e às necessidades da comunidade, participando efetivamente do desenvolvimento da própria região a partir dos referenciais da cultura local.

1.1 - Problematização

Considerando que esta relação nem sempre é bem entendida e, portanto, difícil de ser praticada, é que esta pesquisa se propôs, a partir de um estudo de caso, discutir as seguintes questões: Quais as interferências provocadas e sentidas por uma escola em uma comunidade? Quais as conseqüências destas interferências para ambos os envolvidos neste processo e o que se pode fazer no sentido de obter resultados eficazes?

Neste contexto, há uma ênfase no externo devido a dois principais motivos, primeiro que há uma falha neste tipo de avaliação por parte das instituições educacionais e, segundo, porque, sendo a ETL um empreendimento novo e com grandes dimensões para o Município de Delfim Moreira, são mais evidentes as interferências provocadas do que sentidas pela mesma.

Para tanto, tem-se como objetivo realizar uma avaliação sócio-econômica da cidade de Delfim Moreira, visando detectar o papel da Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge na mesma e, para tal, utilizar como ferramentas análises documentais da escola e do município, a realização de entrevistas semi-estruturadas com os gestores da instituição e dos serviços públicos e a aplicação de questionários juntos aos gestados, estabelecimentos comerciais locais e população urbana e rural.

1.2 - Justificativa

Alguns motivos justificam a escolha dos sujeitos, instituição e comunidade desta pesquisa, a saber, pela singularidade das características da Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge, pelo fato de ser esta a primeira escola de formação técnica na cidade de Delfim Moreira e a primeira da região do Sul de Minas com cursos voltados para ciência e tecnologia agrária e rural. Este aspecto é de grande importância quando considera-se que o mesmo vem fortalecer a identidade da região. Outra singularidade reside no fato de ser a Escola Técnica LIMASSIS a primeira iniciativa da Fundação Roge, uma instituição que não tem fins lucrativos e que teve Delfim Moreira, cidade natal de um dos instituidores, como berço de suas atividades.

O fato desta escola ser nova, completando neste ano de 2006 seu quinto ano de funcionamento, também contribuiu para despertar o interesse por esta pesquisa. É muito importante que a Fundação Roge, fundamentada em dados e informações reunidas e organizadas, possa refletir sobre o seu papel na vida de seus alunos, profissionais e, principalmente, na cidade de Delfim Moreira, e também na região onde está inserida.

Outra justificativa baseia-se nas características do município de Delfim Moreira. O município, segundo censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), apresentou em alguns períodos queda no número de habitantes e vem mantendo diminuição significativa da fruticultura, uma das principais atividades econômicas. Além disso, o Plano Municipal de Educação (2004-2013) apresenta no histórico do município que o mesmo não possui potencial para a industrialização de modo intensivo e que o setor terciário, segundo maior responsável pela população economicamente ativa, encontra-se num estágio de saturação e com falta de mão-de-obra capacitada.

Frente a esta realidade, justifica-se a importância da pesquisa dentro da Engenharia de Produção que, com ao trabalhar com conceitos de qualidade, gestão estratégica, avaliação de desempenho, poderá contribuir de forma positiva para que a ETL, a partir de uma forma de gestão educacional bem elaborada, passe a fazer parte ativa deste cenário. Pois, com uma gestão educacional estratégica, a ETL, tendo consciência do seu papel no município, alcançará com eficácia e qualidade seus objetivos, participando, com responsabilidade, do desenvolvimento do local.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - Espaço rural – Espaço urbano

A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimento e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões. (WILLIAMS, 1989: 19)

Definir e separar o campo da cidade, o urbano do rural, revela-se difícil, considerando a complexidade dos temas. A própria literatura trata cuidadosamente esse assunto, por pelo menos dois motivos. Primeiro porque há diferenças na forma de definir e tratar o assunto de um continente, de um país, de uma região e até mesmo de um estado para outro, devido a questões geográficas, políticas, econômicas, culturais, sociais. De acordo com Abramovay (2000), há três formas dominantes de delimitação do rural, e cada uma delas com suas particularidades:

- a) A delimitação administrativa, muito usada na América Latina, inclusive no Brasil e em mais alguns países do continente americano. O meio rural é determinado, pelo menos em parte, pelos poderes públicos municipais. Neste caso, as questões fiscais sobressaem mais que os aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais, ou seja, certo aglomerado populacional, como no Brasil, com dezenas ou centenas de casas, tenderá a ser definido como urbano desde que haja extensão de serviços públicos. Corre-se o risco de, em princípio, definir o rural pela carência.
- b) O peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura também é utilizado como principal critério para a definição de ruralidade em alguns países. Por exemplo, em Israel, localidades onde 2/3 dos chefes de famílias exercem ocupações não agrícolas são consideradas urbanas. Este critério contribuiria para a abolição do espaço rural dos países desenvolvidos e para o declínio do mesmo nos países em desenvolvimento.
- c) O terceiro critério considera rurais as localidades abaixo de um certo patamar populacional. Este patamar é variável, por exemplo, na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, onde são considerados rurais assentamentos humanos que reúnem em habitações contíguas ao menos 10 mil habitantes, guardando uma certa distância dos centros metropolitanos. Já na França, este patamar cai para 2 mil habitantes. Segundo o mesmo autor, este é o critério mais adequado, já que evita que se assimile forçosamente o rural ao isolado.

Voltando-se ao fato da literatura tratar de forma meticulosa a questão da ruralidade, o segundo motivo é mais uma questão cultural/emocional, como descreve o trecho abaixo:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas; a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 1989: 11)

Durante muito tempo e ainda hoje, em menor escala, não só no Brasil é comum comunidades recusarem o título de rural por estar associada, automaticamente, esta definição ao atraso, carência de serviços e falta de cidadania, o que Abramovay (2000) considera um vício de raciocínio. Hoje isto fica menos evidente até mesmo por causa da valorização do meio rural como lugar de refúgio dos centros urbanos, principalmente das grandes metrópoles. Refúgio não só no sentido de descanso, mas também de alternativa, visto que as grandes regiões metropolitanas têm tido dificuldades crescentes em criar novas oportunidades de trabalho e integração. Entretanto, é preciso atentar para o que o meio rural tem, sobretudo em si, para oferecer, pois:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. (ABROMAVAY, 2000: 27)

Demonstrada a complexidade da definição e distinção da ruralidade/urbanidade, se é possível estabelecer uma fórmula que permita esta medição, segundo Castells (1983), a mais maleável seria a que considerasse várias dimensões e vários níveis. Por exemplo, distinguir a importância quantitativa dos aglomerados, sua hierarquia funcional, sua importância administrativa, combinando estas diferentes características para atingir tipos diferentes de ocupação de espaço. Embora o mesmo autor afirme que não é procurando definições de escola ou critérios de prática administrativa que se chegará a uma delimitação, e sim, uma análise rápida de algumas relações estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade.

2.2 - Cultura: cenários

O conceito de cultura é um tema bastante discutido. Desde o século XV o seu significado está ligado ao cultivo da terra, de plantações, à criação de animais, ampliando-se no século XVI ao culto do homem de mente e maneiras cultivadas, confundindo-se com a idéia de civilização no século XVIII até incluir no século XX o entendimento de cultura popular (PINTO, 2005).

Segundo Moreira (apud. PINTO, 2005), o conceito de cultura como prática social, vindo da antropologia social, é o que tem tido impacto considerável nas ciências sociais, principalmente, porque compartilha um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos através de uma linguagem.

Cultura, segundo Pinto (2005), é um fenômeno que pede por interpretação, e não por explicação causal; além disso, possibilita compreender o que caracteriza toda humanidade, ao mesmo tempo em que permite identificar cada grupo, povo e contexto. Isso se torna ainda mais verdade considerando a discussão existente sobre globalização da cultura, sua possibilidade e efetividade, partindo até mesmo do questionamento da homogeneização e de que o mundo se tornou uma aldeia global.

... pois a herança intelectual tende a ressaltar os aspectos específicos de cada cultura. Herder, que inaugura uma maneira de pensar vai considera-la como “a totalidade de um modo de vida”, o “espírito de um povo”. Crítico da filosofia de sua época, ele se recusa a considerar o “universal”, a “humanidade”, e se volta para as identidades particulares (...) Cultura existiria apenas no plural, enfoque antagônico à visão abrangente do iluminismo. (ORTIZ, 2003: 20)

Mesmo sendo importante dentro do tema cultura pensar e discutir cultura global, nesta pesquisa, levando em conta seus sujeitos e cenários, a necessidade maior é de buscar o entendimento do que vem a ser cultura e, a partir daí, compreender cultura popular.

Neste estudo, cultura será definida como a concepção do modo de vida, a maneira de ser e estar no mundo, a visão de mundo e a forma como se organizam os seres humanos para conduzir a vida (PINTO, 2005). Importa ressaltar que este conceito é bem diferente do que vem a ser folclore, porque ambos muito se mesclam quando se trata de cultura popular e, principalmente, em cidades onde predominam características rurais. Antes, cabe destacar que aqui a expressão “cultura popular” não é citada no sentido de nacional, como unificadora de

todas as camadas da população, mas popular porque do povo, que não só está nele, mas que vem dele, porque produzida por ele (CHAUI, 1990).

De acordo com Ortiz (1994), enquanto o folclore é interpretado como sendo as manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de “cultura popular” é definida em termos exclusivos de transformação. A falta desta distinção pode ser o que leva, no meio rural, a haver uma mistura destes conceitos, pois isso é comum em meios onde se valoriza a tradição como presença do passado e todo “progresso” implica em um processo de dessacralização da sabedoria popular.

‘Cultura popular’ não é, pois, uma concepção de mundo das classes subalternas (...) nem sequer os produtos artísticos elaborados pelas camadas populares, mas um projeto político que utiliza a cultura como elemento de sua realização. (ORTIZ, 1994: 72)

Essas questões não só revelam uma realidade como também vêm interferir de forma direta e/ou indireta no desenvolvimento e no processo educacional rural.

Esta ênfase no caráter tradicional do patrimônio popular implica, na maioria das vezes, uma posição conservadora diante da ordem estabelecida. (ORTIZ, 1994: 70)

Retomando (ABRAMOVAY, 2000), a técnica de delimitação administrativa utilizada no Brasil para determinar espaço-rural e espaço-urbano, que valoriza mais as questões fiscais dentre outras, acaba por associar o rural à carência. Este fato, dentre outros, como históricos, por exemplo, reflete-se na cultura destas comunidades e vão caracterizar suas posturas, visão de mundo e forma de se organizar, o que vai dizer, conseqüentemente, quais suas necessidades e anseios. Desta forma, tem-se o conceito de urbano/rural e cultura, especificamente cultura rural, conceituando desenvolvimento rural.

2.3 - Desenvolvimento rural e educação

Segundo Navarro (2001), nos últimos 50 anos a noção de desenvolvimento se introduziu na sociedade como uma das idéias-força atraindo generalizado interesse, orientando programas governamentais, instigando debates intelectuais e, principalmente, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a esta noção. Neste período, muitas sociedades avançadas – por ainda apresentar significativa parcela de

sua população envolvida no trabalho agrícola e/ou vivendo em áreas rurais – o desenvolvimento rural também, conseqüentemente, começou a ser alvo de atenção dos que tinham interesse no processo de desenvolvimento. Além disso, era grande o peso econômico das atividades agrícolas mesmo nos países mais desenvolvidos.

Como alvo das ambições e ações desenvolvimentistas, a chamada “Revolução Verde”, baseada em um novo padrão tecnológico e de agricultura, tornou o mundo rural subordinado, dependente dos novos interesses e das formas de vida e consumo majoritariamente urbanos. De certa forma, tal fenômeno revela-se marcante até nos dias de hoje, quando assume-se que o conceito de desenvolvimento rural é, na maioria das vezes, substituído ou confundido, com os conceitos de desenvolvimento agrícola e agrário.

Diferente dos conceitos de desenvolvimento agrícola (que se refere exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo) e de desenvolvimento agrário (que se refere às interpretações a cerca do “mundo rural” em suas relações com o mundo maior e cujo desenvolvimento agropecuário é uma parte), desenvolvimento rural objetiva induzir mudanças no ambiente rural a partir de ações previamente articuladas (NAVARRO, 2001).

Além da confusão em torno do conceito de desenvolvimento rural apresentada acima, uma outra questão está ligada à variação do conceito em si. Segundo o mesmo autor, a definição do que seja exatamente ‘desenvolvimento rural’ tem variado ao longo do tempo, mas nenhuma das propostas deixa de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento.

E qualidade de vida na zona rural? E a escola rural? Analisar e comparar aspectos estruturais, funcionais e suas conseqüências comportamentais não é o nosso papel como pesquisador? (ALBUQUERQUE, 2002)

Com estas perguntas, o autor supracitado também abre uma questão sobre as formas de vida rural e conseqüentemente, sobre o conceito de desenvolvimento rural. Segundo Albuquerque (2002), para romper com o ciclo vicioso da dependência pela pobreza, seria importante que cada morador da zona rural tivesse acesso aos serviços básicos de moradia, educação, saúde e justiça, porque é através da presença do Estado nestes setores que ele pode se livrar da dependência econômica e cultural em que vive.

Shneider (2004), em seu trabalho, define desenvolvimento rural como um processo que resulta de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais

espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Além disso, apresenta Veiga e Navarro como principais contribuintes brasileiros na tentativa de definir o que se entende por desenvolvimento rural.

Veiga (2001) não define desenvolvimento rural, prefere destacar suas interfaces e vínculos em relação ao desenvolvimento em geral. Nesse sentido, aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o incentivo que viria ao Estado para a formação de arranjos institucionais locais como elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural do Brasil.

Para Navarro (2001), a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com a finalidade de caracterizar estratégias e ações do Estado que visam alterar e/ou melhorar as condições de vida no meio rural, diferentemente do desenvolvimento agrícola.

Tomando como base as definições de desenvolvimento rural citadas, fica evidente o papel da educação neste processo. Educação aqui tomada em seu sentido mais amplo, não só como formadora de pessoas tecnicamente hábeis e detentoras de conhecimento, mas educação com qualidade que visa à formação do cidadão.

A maioria das escolas públicas, especialmente as do campo, carece de uma educação de qualidade; de um projeto político-pedagógico, através do qual a realidade local seja objeto de estudo e se produza conhecimento para transformação da realidade; de espaço físico adequado; de um currículo singular que respeite e valorize a cultura, o jeito de ser e de agir do homem do campo (...) (HITTI e CARNEIRO, 2006)

A educação rural, no campo, é uma temática bastante recente que vem ganhando atenção no cenário brasileiro:

Em contrapartida, em que pesem todas as transformações ocorridas na ampliação das oportunidades de ensino, sobretudo após os novos marcos legais instituídos pelas Constituição e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, não houve alteração significativa na histórica defasagem do atendimento aos povos do campo em todos os níveis e modalidades com exceção em certa medida ao primeiro segmento do nível fundamental (...). Finalmente, a partir dos anos 90, os povos organizados do campo conseguem agendar na esfera pública a questão da educação do campo como

uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direito. (MEC, 2006)

Prova desta atenção nacional é a criação, dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em julho de 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, responsável por temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, **educação do campo**, educação ambiental, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras secretarias.

A implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (CNE/CEB nº1. 3/04/02), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação a partir do diálogo com movimentos sociais é a tarefa prioritária da agenda da Coordenação-Geral de Educação do Campo. A meta é pôr em prática uma política de Educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento, em todas as regiões do País, como forma de ampliar a oferta de educação de jovens e adultos e da educação básica nas escolas do campo. (MEC, 2006)

Conscientes de que *“a educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo no seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas (MEC, 2006)”*, a Coordenação vem realizando vários seminários estaduais de educação do campo com objetivos como: oferecer aos participantes oportunidade de discutir estratégias para a implementação das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, produzir subsídios e elaborar propostas para uma política nacional.

Neste sentido, de 02 a 06 de agosto de 2004 foi realizada em Luziânia/GO, a II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, que teve como resultado a Declaração Final (Versão Plenária), de um documento intitulado Por Uma Política Pública de Educação do Campo. Neste documento, os 1.100 participantes denunciam mais uma vez os graves problemas da educação no campo:

- faltam escolas para atender a todas as crianças e jovens;
- ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola;
- falta infra-estrutura nas escolas e ainda há muitos docentes sem a formação necessária;
- falta uma política de valorização do magistério;

- falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica;
- falta financiamento diferenciado para dar conta de tantas faltas;
- os mais altos índices de analfabetismo estão no campo;
- os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos.

Ainda neste documento, os participantes, representantes de várias esferas da sociedade, principalmente rural, reafirmam o compromisso coletivo com uma visão de campo, de educação e de política pública:

- Defendemos uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular de agricultura que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e que se integre na construção social de um outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país como acima nos referimos.
- Defendemos uma educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural.
- Defendemos a mudança da forma arbitrária atual de classificação da população e dos municípios como urbanos ou rurais; ela dá uma falsa visão do significado da população do campo em nosso país, e tem servido como justificativa para a ausência de políticas públicas destinadas a ela.
- Defendemos o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza, e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, cultural e ambiental dos seus sujeitos. Dessa dinâmica social e cultural se alimenta a educação do campo que estamos construindo.
- Defendemos políticas públicas de educação articuladas ao conjunto de políticas que visem a garantia do conjunto dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo. O direito à educação somente será garantido se articulado ao direito à terra, à permanência no campo, ao trabalho, às diferentes formas de produção e reprodução social da vida, à cultura, aos valores, às identidades e às diversidades. Defendemos que este direito seja assumido como dever do Estado.
- Defendemos um tratamento específico da Educação do Campo com dois argumentos básicos: - a importância da inclusão da população do campo na política educacional

brasileira, que é condição de construção de um projeto de educação nacional, vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e justo. Na situação atual esta inclusão somente poderá ser garantida através de uma política pública específica: de acesso e permanência e de projeto pedagógico; - a diversidade dos processos produtivos e culturais que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo e que precisam ser compreendidos e levados em conta na construção do projeto pedagógico da educação do campo.

- Lutamos por direitos sociais, humanos, conseqüentemente universais, garantidos com políticas universais. Políticas que garantam a universalização do direito à educação.

Neste documento, os participantes deixam clara a consciência da importância da educação no processo de desenvolvimento, principalmente rural:

Lutamos por um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação desempenhe um papel estratégico no processo de sua construção e implementação.
(MEC, 2006)

2.4 - Educação profissional e avaliação escolar

O setor escolar pode ser dividido quanto aos níveis de ensino oferecido - educação básica (nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e ensino superior. Também pode ser dividido em ensino comum (infantil, fundamental e médio) e profissionalizante (I. Educação inicial e continuada de trabalhadores; II. Educação técnica de nível médio e III. Educação tecnológica de graduação e pós-graduação), tendo esta divisão percorrido anos da história brasileira e, apesar de sofrer algumas mudanças, persistir até os dias atuais. Além disso, essa divisão sempre reproduziu o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população (PROEP, 2000). Este trabalho, devido ao seu sujeito, aborda a educação profissional, especificamente a educação técnica de nível médio.

No Brasil, segundo PROEP (2000), a primeira notícia de um esforço governamental em direção à educação profissionalizante data de 1.809, quando um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terra brasileiras. Em 1.816, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para o ofício mecânico, propõe-se a criação de uma Escola de Belas Artes. Já em 1.861, por Decreto Real, foi organizado o

Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Neste mesmo período, em Belém do Pará, foi construída a primeira das Dez Casas de Educandos e Artífices em capitais da província, objetivando atender prioritariamente aos menores abandonados, buscando “a diminuição da criminalidade e da vagabundagem”. Em 1854, vem a criação de estabelecimentos especiais com o mesmo objetivo, onde os menores aprendiam as primeiras letras e eram encaminhados às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos – estabelecimentos denominados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos.

Desde então, acompanhando-se a evolução deste histórico, fica evidente que desde os primórdios, a formação profissional do Brasil é marcada por um caráter assistencialista.

A primeira novidade na formação profissional do Brasil é percebida no início do século XX, precisamente em 1.906, quando o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, quando se consolida uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. Todavia, ainda mantendo o caráter de atender “aos pobres e humildes” e os “desafortunados”. Depois, segue a história criando-se em 1.924, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE) e, em 1931, o ativo Conselho Nacional de Educação. Em 1.942 são baixadas as Leis Orgânicas da Educação Nacional e depois as Leis Orgânicas do Ensino Profissional, que propiciou a criação de entidades especializadas como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Neste mesmo período, a herança dualista da educação não só continua existindo, como se torna explícita no conjunto de Leis Orgânicas da Educação Nacional, no qual é declarado o objetivo do ensino secundário e normal de “formar as elites condutoras do país” e o objetivo do ensino profissional de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho” (PROEP, 2000).

A situação supracitada permanece mesmo com a junção, a partir da década de 30, dos dois ramos do ensino no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública. Na década de 50 essa situação modifica-se um pouco com a permissão de equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes, com a Lei Federal nº 1.076/50 e mais tarde com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 4.024/61, que vem encerrar, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre o ensino.

Em 1.971, a Lei Federal nº 5.692, generaliza a profissionalização no ensino médio, antigo segundo grau, deixando a educação profissional de ser limitada às instituições especializadas, recaindo desta forma, a responsabilidade sobre os sistemas de ensino público

estaduais, sendo este prejudicado. Essa situação só é amenizada no ano de 1.982, quando a Lei Federal nº 7.044 tornou facultativa a profissionalização.

A partir de então ambos os ramos do ensino perdem sua identidade, até que a Lei Federal nº 9.394 de 1.996, atual LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional) configure a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e cidadania. Fica definido então que, após o ensino médio, tudo é educação profissional, tanto o ensino técnico como o tecnológico.

Tendo esta situação regularizada, uma outra questão identificada e abordada pela Constituição Federal e pela nova LDB é a de que na educação profissional o cidadão tem também por direito a educação e não só a formação para o trabalho.

A educação profissional, na LDB, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. A valorização de uma não representa a negação da importância da outra. A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento (PROPE, 2000: 18).

Ainda segundo a LDB - Lei 9.394/96, seu artigo 19 classifica as instituições de ensino de acordo com as orientações administrativas em públicas (de natureza federal, estadual ou municipal) e privadas, assim entendidas as instituições mantidas e gerenciadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Em relação às instituições privadas, o artigo 7º da LDB estabelece que estas podem ser criadas para atuar na oferta de ensino, mas são obrigadas a cumprir tanto as leis nacionais quanto as leis criadas pelos órgãos normativos de educação.

A LDB classifica as instituições privadas de ensino em quatro tipos (art. 20):

- Particulares em sentido estrito, ou seja, as escolas criadas, mantidas e administradas por pessoa jurídica de direito privado e distintas dos demais tipos.
- Comunitárias, entendidas como as escolas constituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas que mantenham em sua mantenedora representantes da comunidade.
- Confessionais, referentes às escolas constituídas que atendem a uma determinada orientação confessional e ideológica.

- Filantrópicas, entendidas como as escolas criadas e mantidas por instituições de natureza filantrópica. Esta última categoria envolve as escolas ligadas às organizações não governamentais (ONGs).

A legislação sobre o setor escolar estabelece ainda uma série de dispositivos funcionais básicos para as diversas modalidades de ensino, com aplicação tanto para escolas públicas como privadas. Desta maneira, boa parte dos elementos estruturantes da organização escolar está predefinida em lei (direção, secretaria, professores, biblioteca, conselhos, etc.).

Segundo Costa & Batista (2003), na busca da qualidade, a maior parte dos determinantes legais está voltada para as atividades pedagógicas. Com relação às atividades de gestão, mais avaliação, os órgãos mantenedores (instituições responsáveis pela escola ou grupo de escolas) têm autonomia na adoção de qualquer modelo, desde que ajam de acordo com os requisitos legais.

Entretanto, é comum observar que, o quesito avaliação, tanto o proposto pela legislação como o praticado pelas instituições, está mais voltado para as atividades internas, ou seja, pedagógicas e burocráticas (relação professor/aluno, ensino/aprendizagem, professor/direção, professor/secretaria) e, em alguns casos, avaliam-se satisfação (aluno/instituição, pais/instituição).

Morales (In. Melo et al. 2002) expõe que instituições de ensino não são apenas negócios de gerenciar a educação, elas são também, por definição, fornecedoras de serviços em todas as dimensões. No entanto, poucos estudos abordam sua avaliação de forma completa. Nesse sentido, é raro ver uma instituição educacional buscar conhecer e compreender seu papel enquanto agente modificador de realidades do meio onde está inserida, levantar, qualificar e até mesmo quantificar as alterações provocadas.

Mesmo tomando a proposta de avaliação de Oliveira et al. (1999) para as universidades, quando os autores escrevem sobre a maior eficiência da conciliação da avaliação interna com a externa no objetivo de garantir uma real modificação institucional, percebe-se que o foco ainda assim é o interno. Externa neste caso é a origem da avaliação, externa porque realizada, principalmente, pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), mas a função é avaliar o desempenho interno da instituição.

Neste trabalho, quando se fala em avaliação externa, refere-se a instituição ter uma preocupação em conhecer e avaliar o seu papel transformador enquanto inserida, e porque não, dependente de um meio. Quais as necessidades e anseios desse meio? Como é vista pela comunidade? Quais as interferências na economia, cultura, costumes, e padrões sociais?

A dificuldade de avaliação neste caso, além dos motivos apresentados acima, reside também no fato do ensino estar classificado dentro dos setores que trabalham com oferta de serviços, diferentemente do que acontece com a oferta de produtos.

O serviço, de acordo com Parasuraman et al. (1985), surgiu após a preocupação em aprimorar a qualidade dos produtos. É mais difícil avaliar estes “produtos especiais” como define Bandeira et al. (1999) devido a suas características:

1. serviços não podem ser tocados, mas podem ser experimentados;
 2. serviços não podem ser conservados ou armazenados;
 3. serviços são consumidos ao mesmo tempo em que são produzidos e,
 4. serviços possuem um potencia elevado de variação, porque dependem dos fornecedores.
- (NARUS & JAMES, 1999: 165)

Os autores ainda destacam que, mesmo havendo diferenças entre produto e serviços, ambos exigem um processo de melhoria contínua.

O processo de melhoria neste sentido não é nada fácil considerando também que o ensino apresenta, além das características de um serviço como outro qualquer, interferências em dois sentidos: interno (instituição) interferindo no externo (comunidade) e interno (instituição) sofrendo interferências do externo (comunidade).

Uma instituição, principalmente educacional, interfere e sofre interferências de várias formas, algumas intencionais e percebidas, outras nem tanto. Primeiramente, uma escola, independentemente do nível de ensino proposto, por si só, ao formar, acima de tudo, cidadãos, já está interferindo no mundo pessoal de cada aluno, conseqüentemente, em sua família, grupo de amigos, comunidade local e até mesmo na comunidade global. Porém, no local, não confundido com o nacional, as mudanças são mais perceptíveis, porque o local é definido, conforme Pinto (2005), como a comunidade de base, raízes, não significando apenas espaço, e a educação atua na noção de identidade, seja afirmando diferenças, descobrindo os fundamentos da sua cultura ou reforçando a solidariedade do grupo. Espera-se que essa interferência seja consciente em qualquer instituição educacional, até porque precisa ser trabalhada da melhor forma possível pela mesma.

Uma outra forma de interferência conhecida pela instituição está nos tipos de cursos oferecidos, o que determinará conseqüentemente o público alvo, não só quanto à idade (ensino infantil, fundamental, médio profissionalizante ou não, superior), como também quanto ao perfil do futuro aluno (exatas, biomédicas, ciências da terra, humanas, etc.).

Através de suas edificações, aqui faz-se referência pura e estritamente ao projeto arquitetônico, uma instituição também pode causar impactos, em ambos os sentidos da palavra, ou seja, positivos e/ou negativos.

De forma positiva, uma boa aparência aliada a um ambiente de qualidade, espaço suficiente para as diversas atividades escolares, iluminação adequada, higiene necessária, oferecendo elementos necessários como água e alimentação e estruturas ligadas a saneamento, vão interferir não só na aprendizagem do aluno como também na sua formação geral. Como ressalta Frago e Escolano (In. PINTO, 2005), o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

Quando se trata então de comunidades rurais, uma boa arquitetura apresenta outro ponto positivo que está relacionado com a quebra da tradição de se erguer construções malfeitas, de péssimas qualidades. *“Tal arquitetura expressa também a visão das políticas públicas locais para com a educação rural, ou melhor, o descaso.”* (PINTO, 2005: 82)

Por outro lado, uma outra reflexão se faz necessária: uma edificação pode, considerando o local onde está inserida, atrair, seduzir ou provocar repulsa, distanciamento da comunidade. Visto que faz parte de uma escola aproximar-se e fazer-se próxima não só de seus alunos como de toda a comunidade, seja através de eventos públicos, como ambiente propagador de informações, conhecimento. Esta característica é ainda mais marcante quando se trata de instituições de ensino profissionalizante, onde uma parceria com a comunidade é sempre uma forma atraente e viável de práticas, troca de benefícios e de diferentes formas de conhecimentos, característica inerente a esse tipo de educação.

Ainda com relação aos aspectos físicos, uma instituição educacional deve tomar muito cuidado e pensar ainda mais em seus impactos visuais, quando inserida em uma comunidade, município ou região simples, economicamente desfavorecida, com uma população desprovida de recursos, principalmente se este for o público alvo.

A questão da arquitetura discutida, segundo Frago e Escolano (In. PINTO, 2005), embora manifesta, também pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso. Aqui, entra mais uma forma de interferência escola/comunidade e vice-versa.

O currículo, seja o formal (plano e propostas) ou o oculto (regras e normas não explicitadas, porém vividas, principalmente em salas de aula), embora tenha como principais autores professores e alunos, porque ganha vida mesmo no cotidiano escolar e na ação das pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, reforçando seu caráter dinâmico

(PINTO, 2005), também traz em seu bojo características de toda uma comunidade, pois é nela, muito antes da escola, que o aluno começa sua formação como cidadão. Daí ser tão importante a elaboração do currículo, pois segundo a mesma autora, o currículo constitui de um campo de lutas e conflitos, não beligerante, mas que legitima valores, autorizando discursos, linguagem, negando o falso consenso e desvelando as desigualdades presentes nas relações culturais.

É a partir deste momento de reflexão e elaboração curricular que a escola passa a distinguir o que nela faz parte da cultura escolar e o que compõe sua própria cultura, a chamada cultura da escola. Segundo Pinto (2005), cultura da escola é uma particularidade da cultura escolar, é o modo como cada instituição se organiza, estabelecendo rituais e uma dinâmica cotidiana, sua identidade, o que inclui os diversos tipos de relação, interna (entre os diferentes seguimentos escolares) e a externa (com a comunidade a que a escola serve). A cultura da escola representa o modo de ser da mesma e, assim como toda forma de cultura, não é formada do dia para a noite e, muito menos, baseando-se apenas em históricos e relatos, mas em sua própria vivência, em suas experiências. Assim ela vai sendo forjada sobre o que a escola escolheu, de forma democrática, como princípios que servirão de matéria-prima para esta escultura.

2.5 - Gestão estratégica na educação

“Conhecer o passado ajuda a entender o presente e a preparar-se para o futuro” (CORREA, 2003). Segundo Correa (2003), em seu trabalho intitulado A História da Gestão de Produção e Operações, embora seja atribuído ao início do Século XIX a origem desta área do conhecimento remonta há muitos séculos atrás. O desenvolvimento de grandes projetos como A Grande Muralha da China, as Pirâmides no Egito ou a construção das Grandes Catedrais com certeza exigiu grande esforço de coordenação. Gradativamente, ao passo em que os grandes projetos vão deixando a natureza religiosa e política e sendo apropriados pela natureza empresarial, alguns fatores como tempo e escassez de recursos vão abrindo caminhos para o surgimento da Gestão de Projetos.

Embora o Século XX, com as contribuições de Frederick, Taylor, Ford e outros, seja um marco na história da Gestão (CORREA, 2003), segundo o mesmo autor, desde o Século XVIII que esta área vem acumulando experiências. Daí,

Ao longo dos séculos XIX e XX, esta área evoluiu e mudou. Nasceu predominantemente industrial, passou a incorporar também a gestão de operações

mais ligadas ao setor terciário da economia (os serviços), passou a contemplar também as redes de empresas que interagem (as redes de suprimentos). (CORREA, 2003: 1/160)

Hoje, a área de gestão tem seu escopo bastante definido e abrangente. Porém, alguns tópicos são recorrentes e presentes, como cita Correa (2003):

- Introdução à gestão de operações
- Estratégia de operações
- Projeto de produtos e serviços
- Projeto, seleção e gestão de processos
- Projeto e medidas do trabalho
- Gestão de capacidade produtiva
- Gestão de serviços
- Localização e arranjo físico de instalações
- Gestão de qualidade e de confiabilidade
- Projeto e gestão de redes de suprimentos
- Previsões
- Planejamento programação e controle das operações
- Gestão de estoques
- Gestão de projetos

Como o foco deste trabalho é em educação, um serviço, é importante observar que, dentro da história da Gestão, somente na década de 70 é que o serviço passa a ser considerado com um fator importante, e assim mesmo não como oferta, mas como meio de agregar valores aos produtos, às operações fabris. Segundo Jhonston (Apud CORREA, 2003), o primeiro artigo tratando de Gestão de Operações de Serviços data de 1.972 na Harvard Business Review, chamado *Production line approach to Service* por Theodore Levitt (explora como a forma de pensar de gestão fabril foi aplicada com grande efeito nas operações da cadeia de restaurantes McDonald's).

Desde o início dos anos '70, de fato, tem havido uma quase unanimidade de que serviços são no mínimo tão importantes quanto processos de manufatura para a maioria das economias. Além disso, tem ficado crescentemente claro que os serviços são cada vez mais relevantes, como arma competitiva, mesmo para operações de

manufatura, visto que com a evolução tecnológica cada vez mais largamente disponível dos produtos, é cada vez mais difícil para uma empresa diferenciar-se com base nas características intrínsecas dos seus produtos físicos. (CORREA, 2003: 107/160)

Dentro do contexto da gestão de serviços, a gestão educacional brasileira ganha maior atenção quando adquire centralidade na agenda de política educacional dos governos dos anos de 90:

Modificar a organização e reordenar a gestão da educação foram problemas que compareceram recorrentemente na discussão da política educacional brasileira, em diferentes momentos históricos, pondo em pauta temas como descentralização, municipalização (Xavier, 1990 e Romanelli, 1991), participação (Germano, 1994), comunitarismo (Cunha, 1991), gestão democrática e "modernização" da gestão educacional (Farah, 1994). (FREITAS, 1998)

A partir do Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96 (Brasil, 1996a), o intento de uma melhora na gestão educacional ganhou maior visibilidade. Desta forma, a pretendida “modernização” da gestão educacional serve também para as instituições particulares, na medida em que visa:

(...) padrão de gestão cuja qualidade resulte de um caráter "eficiente" forjado mediante racionalização administrativa, privatização, co-responsabilização da sociedade, abertura institucional para os "clientes", concentração do poder decisório (no que tange a questões essenciais) e controle centralizado dos resultados. (FREITAS, 1998)

Tendo em vista a heterogeneidade do Brasil, um padrão de gestão nacional, embora venha suprir algumas necessidades do setor, não pode ser tomado como único e de forma fechada, pois o mesmo desconsidera a lógica local imperante. Neste sentido, tomando como base o proposto pela esfera Federal e municipal, cada instituição, em sua gestão, irá adquirir caráter particular no confronto com a realidade cultural, política e econômica local.

A história da educação mostra que o Estado brasileiro, através de suas políticas, esteve sempre reestruturando, ajustando, reformulando velhas estratégias ou propondo novas estratégias e instituições, com vistas a modificar o padrão de gestão vigente. No entanto, subjacentes às formas novas ou reformadas, permaneceram

concepções, princípios, valores, interesses, propósitos, atitudes e práticas que não foram tocados por essas modificações. (FREITAS, 1998)

Para que a gestão educacional se torne uma realidade, o primeiro passo é tomar a construção da autonomia do setor educativo como uma estratégia, isto é, trazer para a esfera educacional a tomada de decisão, o planejamento, a gestão e avaliação em todos os sentidos.

Segundo PORTER (1999), estratégia é criar uma posição exclusiva e valiosa, envolvendo um diferente conjunto de atividades, atentando para a criação de compatibilidade entre elas. O êxito da estratégia será garantido através do bom desempenho e da integração destas muitas atividades.

Gestão estratégica é o conjunto de decisões e ações estratégicas que determinam o desempenho de uma corporação a longo prazo. Esse tipo de gestão inclui análise profunda dos ambientes interno e externo, formulação da estratégia (planejamento estratégico ou de longo prazo), implementação da estratégia, avaliação e controle (HUNGER & WHEELLEN, 2002).

As principais subatividades da formulação de estratégia, como atividade lógica, incluem a identificação das oportunidades e ameaças. Antes de ser feita uma escolha, os pontos fortes e fracos da instituição devem ser avaliados juntamente com os recursos disponíveis. Sua capacidade atual ou potencial para tirar proveito de necessidades de mercado percebidas ou de lidar com riscos paralelos deve ser estimada da maneira mais objetiva possível. (ANDREWS, 1980)

O planejamento, ou plano estratégico, seja ele em qualquer área, setor ou atividade, visa determinar, ajustar, alinhar ações que possam garantir mudanças futuras, a médio ou longo prazo. Mudanças que assegurem a sobrevivência norteando tomadas de decisões por meio de uma identidade firme e bem definida.

Neste contexto, a base para o planejamento estratégico é esclarecer ou criar, quando inexistente, para o empreendimento em vista, a sua missão, seus valores e sua visão.

Todavia, a visão é uma das palavras menos compreendidas - e mais indiscriminadamente usadas - da linguagem empresarial. A visão é simplesmente uma combinação de três elementos básicos: (1) a razão fundamental de uma organização existir além de somente fazer dinheiro (o que costuma ser chamada de missão ou propósito); (2) seus valores essenciais imutáveis e eternos, e (3) suas aspirações - elevadas e audaciosas, mas definitivamente realizáveis - quanto a seu próprio futuro (o autor as chama de grandes metas audaciosas e arriscadas). Desses elementos, os mais importantes para organizações bem-

sucedidas e duráveis são os valores essenciais. (COLLINS apud HESSELBEIN & COHEN, 1999)

Como missão, entende-se a definição do campo de atuação, ou seja, mercado, produto, serviço, bem como a razão de existência que, juntos, irão delimitar e permitir a busca da competência. A competência por sua vez, compreende, além do conhecimento e das habilidades, atitudes ou comportamento que estão ligados aos valores que permeiam o sentir, o pensar e o agir da organização e de todos os envolvidos. Por último, completando a base do planejamento estratégico, vem a visão que está relacionada ao estado futuro, ao “controle do destino”, ao qual se pretende chegar, considerando as variáveis tempo e prazo, explorando oportunidades.

Considerando a educação, o principal exemplo de planejamento estratégico é O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 10.172/2001, que é fruto de um processo histórico de planejamento e educação que consolida desejos e esforços de mais de 60 anos, podendo considerar como marco o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, sendo discutido e contemplado em congressos e trâmites legais.

A elaboração dos planos estaduais e municipais constitui a nova etapa para que o país alcance os objetivos educacionais propostos no PNE no horizonte dos dez anos de sua vigência. Sua elaboração contempla um processo democrático, componentes do processo (político e técnico), princípios da autonomia e da colaboração e responsabilidade pública e iniciativa privada.

De forma geral, os planos estaduais e municipais, assim como o PNE, têm como primeira referência para fixação de seus objetivos aqueles estabelecidos no art. 214 da Constituição Federal: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino e formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Além desses objetivos, como se trata de um plano estratégico, o PNE tem definido em seu conteúdo cinco prioridades:

- Garantia do ensino fundamental obrigatório de 8 anos a todas as crianças de 7 a 14 anos;
- Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. Erradicação do analfabetismo através da educação para jovens e adultos;
- Ampliação do atendimento de mais níveis de ensino;
- Valorização dos profissionais de educação,

- Desenvolvimento de sistema de informação e avaliação em todos os níveis de ensino e modalidade de educação.

Também semelhante ao planejamento e à gestão estratégica, o plano prevê um diagnóstico das condições educacionais atuais, a elaboração de diretrizes político-pedagógicas para ação educacional e metas a serem cumpridas em todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior etc.) e, visando o acompanhamento, o monitoramento e uma forma de avaliação periódica.

Desta forma, pode-se identificar dentro do PNE e, conseqüentemente, nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, as bases para se montar um planejamento estratégico, como citado anteriormente, missão, visão, valores e estratégias, bem como as subatividades, ou seja, análise interna (pontos fracos e fortes) e análise externa (ameaças e oportunidades).

Quando se trata de um planejamento estratégico que envolve mais de uma instituição, como no caso um PNE, o processo torna-se um pouco mais complexo, tendo em vista a necessidade de haver uma conformidade, um consenso, pelo menos de modo mais geral na forma de atuação, ou seja, naquilo que estará delineando e norteando a forma de atuar, nos valores. O que pode variar, no entanto, são as formas e as estratégias com que se pretende atuar para alcançar os objetivos e as metas traçadas na visão, pois cada instituição de ensino tem suas particularidades. Portanto, em instante algum pode se perder do objetivo geral, da missão elaborada pelo PNE que é a educação.

Nesse contexto, os sujeitos desta pesquisa, ETL e o município de Delfim Moreira, devem apresentar conformidades em seus planos. Com o objetivo de fazer um paralelo os mesmo são descritos *a posteriori*.

CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Cada vez mais estou chegando à conclusão de que a essência do método científico não é a experimentação per se, e sim a estratégia conotada pela expressão 'hipóteses concorrentes plausíveis' (CAMPBELL apud. YIN, 2005).

Este capítulo objetiva apresentar e justificar a escolha da metodologia escolhida para esta pesquisa, descrever o cenário onde ela foi desenvolvida e os passos seguidos. Tomando como base a pretensão de identificar mudanças provocadas por uma instituição de ensino em sua comunidade circundante, logo partiu-se da premissa de que tratar-se-ia de uma pesquisa qualitativa em educação, sem porém ignorar a necessidade de um trabalho quantitativo, somando valores aos resultados. Em outro instante, em síntese, levando em consideração a complexidade do assunto e que a pretensão do trabalho não era generalizar situações, mas ao mesmo tempo permitir reflexões estabelecer paralelos, o método de estudo de caso foi selecionado e em seguida determinadas as respectivas ferramentas.

3.1 - Pesquisa qualitativa em educação

Ao considerar a educação um fenômeno, devemos começar por reconhecer que se trata de uma experiência profundamente humana. Em sentido forte, é mesmo uma experiência universal e exclusivamente humana: todos os homens se educam, e só eles o fazem. Isto significa que a experiência da educação se torna uma das manifestações mais primitivas e típicas do fenômeno humano, em relação essencial com as outras características deste último (REZENDE, 1990).

Educar-se, para a fenomenologia, consiste, antes de tudo, em aprender o sentido, para que a existência possa ser vivida humanamente como tal. O problema subjacente a semelhante posicionamento é o da alienação, na medida em que indivíduos e grupos, a sociedade e as classes sociais, ou mesmo a humanidade, podem viver sem perceber o sentido que suas vidas realmente têm (REZENDE, 1990: 51).

Sobre pesquisa em educação (e em Ciências Humanas), ela deve apresentar, segundo Rezende (1990), somente três momentos correspondentes aos três sentidos da palavra sentido. O primeiro momento, chamamos de fase da *constatação*. Trata-se de constatar a realidade com um levantamento adequado dos dados, do sentido dado, em vista de uma descrição

suficiente e significativa da situação de mundo que foi escolhida como objeto de pesquisa. Aqui, mais do que os dados simplesmente estatísticos, importa saber o que eles significam, num questionamento da realidade. O estabelecimento de um questionário é considerado, pela fenomenologia, um dos melhores indicadores do senso do sentido e do senso da realidade. Entretanto, um questionário pode proporcionar respostas perfeitamente insignificantes, exatamente porque as questões não eram significativas.

Num segundo momento, correspondendo ao segundo sentido da palavra sentido, trata-se de considerar a realidade constatada, não apenas para explicá-la, mas com o intuito de compreendê-la. Semelhante constatação se faz pela tentativa de evidenciar as diversas relações internas e as manifestações de suas contradições, bem como a descoberta das possibilidades de auto-superação.

No terceiro momento, de *projeção-prospectiva*, trata-se de evidenciar, à luz do projeto, como essas contradições e possibilidades podem ser exploradas, em vista de uma outra realidade, de uma outra situação histórica, julgada preferível e desejada pelos sujeitos e para eles.

Muitas pesquisas em educação têm-se limitado à primeira dessas três etapas, embora nem sempre de maneira significativa, sem atingir a segunda e muito menos a terceira. É claro que, dessa forma, a educação e a aprendizagem têm contribuído muito mais para a reprodução do sistema, ou quando muito para a consciência de seu vigor auto-reprodutivo (REZENDE, 1990).

Com a evolução dos próprios estudos na área da educação, foi-se percebendo que poucos fenômenos nessa área podem ser submetidos a esse tipo de abordagem analítica, pois em educação as coisas acontecem de maneira tão interligada que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e mais ainda apontar claramente quais são as responsáveis por determinado efeito. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986)

Neste aspecto, de acordo com Sá (1996), a pesquisa qualitativa em educação apresenta cinco características básicas: (1) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; (2) os dados são predominantemente descritivos; (3) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; (4) o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; (5) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Neste sentido, aqui, o Estudo de Caso, como metodologia dentro de pesquisa qualitativa, com suas ferramentas, vem garantir que os objetivos sejam alcançados.

3.2 - Estudo de caso

A idéia desta pesquisa surgiu da vontade de verificar as mudanças provocadas e sentidas por uma instituição educacional no meio onde se encontra. Primeiramente, surge a necessidade de sujeitos para a pesquisa, sujeito-instituição e sujeito-comunidade. Paralelamente, havia em mãos o conhecimento da Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge e a cidade de Delfim Moreira, sujeitos em potencial por características próprias e propícias. A escola, sujeito-instituição, era e ainda é nova, como será apresentado, além de demonstrar interesse e mostrar-se aberta à pesquisa; o município de Delfim Moreira, sujeito-comunidade, com uma população com aproximadamente 8.000 habitantes, já no início da pesquisa apresentava-se “impactado” pela instituição.

Sendo assim, veio a escolha da metodologia. Para tal, fez-se necessário caracterizar a pesquisa: por se tratar de uma investigação em uma comunidade relativamente extensa, um município, visando primariamente detectar as condições de uma realidade social, pode-se constatar que se tratava de uma pesquisa qualitativa; consciente deste cenário, outra característica associada ao sujeito-comunidade era a complexidade do levantamento e, principalmente, do tratamento a ser dado aos resultados posteriormente adquiridos; tomando em seguida o objetivo e os sujeitos da pesquisa, os dados a serem trabalhados teriam que ser extraídos da e na população, um fenômeno a ser analisado em seu contexto e que, para tanto, exigiria várias evidências; completando, sabia-se que no final, embora alguns pontos pudessem vir a ser comuns a outras realidades, não era pretensão da pesquisa ser conclusiva e muito menos buscar a generalização.

Levantadas tais características, a metodologia que se apresentou mais adequada foi o Estudo de Caso. Segundo Yin (2005), esta metodologia tem sido utilizada em grande escala em pesquisa nas ciências sociais, seja nas disciplinas tradicionais, como Psicologia, Sociologia, História, ou nas áreas com orientações práticas como a ciência da administração, administração pública e educação. Isto, mesmo sendo um método estereotipado como parente pobre entre os métodos de Ciência Social.

YIN (2005) afirma que o estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno dentro de seu contexto da vida real, principalmente quando os limites entre eles não são claros. Para tanto, o estudo de caso apresenta uma situação em que há muito mais variáveis de interesse do que pontos de dado e, portanto, baseia-se em várias fontes de evidências.

O mesmo autor também apresenta duas variantes dentro do estudo de caso: o estudo de caso único e de casos múltiplos, defendendo que no estudo de caso podem-se incluir as evidências quantitativas, podendo até ficar limitado a elas. Além disso, os estudos de caso têm um lugar de destaque na pesquisa de avaliação e podem ser escritos por muitos motivos diferentes, incluindo simples apresentação de casos individuais ou o desejo de chegar a generalizações amplas.

Para a explicitação do caminho percorrido na pesquisa e dos instrumentos utilizados na coleta de dados, iniciemos com a descrição do cenário da pesquisa composta de seus dois sujeitos, a saber: a cidade e a escola.

3.3 - Cenário

3.3.1 - Delfim Moreira

Definir Delfim Moreira como espaço-cidade ou espaço-campo, ou dividir e enquadrar a mesma nestes dois conceitos é bastante complicado devido às suas atividades comerciais e sociais, características, composição e distribuição populacional e, principalmente, sua história. Nesta tentativa, segue um pouco da história de Delfim Moreira, cenário desta pesquisa.

Não é o objetivo principal deste trabalho investigar minuciosamente a história de Delfim Moreira, bem como suas linhas genéticas e evolutivas no curso da história até os dias de hoje. Porém faz-se mister um breve relato, uma narrativa de alguns fatos que se destacaram e marcaram a existência desta cidade, visando melhor compreensão.

O início da história de Delfim Moreira e de outras cidades do Sul de Minas coincide com a descoberta do rio Sapucaí¹ e das minas de ouro de Jaguamimbaba (Mantiqueira), por volta do último decênio do século XVI embora haja vestígios e testemunhas de civilizações remotas precedentes ao evento cabralino de 1.500, como por exemplo uma moeda usada pelos fenícios e informações de indecifráveis inscrições rupestres, formadas de triângulos, quadrados, gancho, figuras de animais etc. encontradas nas íngremes penhas dos Marins dentre outros lugares (GUIMARÃES, 1987).

¹ **Sapucaí:** quer dizer *rio das sapucaias*, isto é, rio que canta, rio que grita. O nome foi dado pelos índios em alusão às lecitidáceas que, quando fustigadas pelos ventos, freqüentes no vale, produzem silvos semelhantes a gemidos. Daí chamarem eles *sapucaia*, isto é, árvore que chora, árvore que geme. (Guimarães A. História de Itajubá. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987)

Além disso, confirma o mesmo autor que a região está compreendida na área que hoje se considera como ocupada pelos índios Puri-Coroados² até início do século XIX, pois há relatos, mesmo sem elementos consistentes, baseados apenas em objetos e armas indígenas encontrados no lugar denominado “Curral”.

A atual Delfim Moreira, foi nomeada anteriormente “Descoberto de Itajubá” e “Soledade de Itajubá”; este último, vulgo “Itajubá Velho”, em virtude do rápido crescimento da cidade vizinha de Itajubá. Emancipado, por força do Decreto-lei estadual n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, o município desmembrado de Itajubá passou a denominar-se Delfim Moreira, em homenagem ao ex-Presidente do Estado Delfim Moreira³, cujo nome já era emprestado à estação da Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação que servia como sede distrital.

O primeiro nome, “Descoberto”, possivelmente foi atribuído a esta localidade em virtude das aventuras dos bandeirantes paulistas, neste caso, chefiados por Borba Gato, em 1.740, à procura de mineração do ouro. Já “Itajubá”, segundo Guimarães (1987), é uma explicável e indubitada corruptela de Itagyba (ita-y-abe), que, na língua indígena, significa cascata, cachoeira. “Soledade de Itajubá”, este segundo nome, provêm em reverência à santa padroeira da capela fundada quando ainda simples povoado.

Havia Miguel Garcia Velho transposto a Mantiqueira. Nas imediações de Passa-Quatro, seguiu pelos vales da Bocaina, afastando-se, pois, da rota já trilhada por outros exploradores, a qual ia dar no rio Verde e Baependi. Transpôs a Serra dos Marins e o planalto do Capivari, no qual andou descobrindo algumas pintas de ouro. No Córrego Alegre e nas água do Tabuão encontrou maiores indícios do cobiçado metal. Pretendia alcançar a Serra do Cubatão, mas a mina do Itagybá foi a que mais o seduziu, e onde permaneceu por mais tempo, dando início ao povoado. Era 1703 (GUIMARÃES, 1987: 38).

Um outro marco da história de Delfim Moreira é quando o Padre Lourenço da Costa Moreira, assume a direção paroquial em janeiro de 1819, depois da morte do pároco Padre Joaquim José Ferreira. E, semelhantemente a outras localidades que tiveram sua origem na

² **Puri-Coroados:** grupo étnico oriundo do caldeamento das duas grandes tribos autóctones, a nação dos Puris e a dos Coroados, estes últimos assim chamados por usarem raspar a cabeça, no alto, deixando em torno o cabelo em forma de coroa. Os Puri-Coroados não eram belicosos, mas, ao invés, muito mansos. Viviam em completa nudez. Eram atrasadíssimos e, ao contrário dos seus ancestrais puris, esse povo miscigenado das plagas itajubenses não conhecia a cerâmica, nem o fabrico de redes e tinha por leito a própria terra. (Guimarães A. História de Itajubá. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987)

³ **Delfim Moreira:** (1868-1929) – assumiu o poder devido a morte do Presidente eleito pela 2ª vez Rodrigues Alves, que morreu vítima da Gripe Espanhola. Seu mandato durou oito meses 11/1918-07/1919.

mineração do ouro, iniciava-se a emigração e a formação de novos núcleos de população devido o esgotamento das lavras.

A freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá (atual cidade e município de Delfim Moreira), a Itagybá de Miguel de Garcia Velho, já no meado do século XVIII se encontrava sobremaneira abalada em seus recursos econômicos e sua vida social com a paralisação completa das atividades auríferas. (...) Os antigos faisqueiros se tornaram agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouca, não chegava com o menor interesse pela garimpagem (GUIMARÃES, 1987: 57).

Animados pelo discurso do Vigário Pe. Lourenço da Costa Moreira, realizado dois meses após sua chegada a Soledade de Itajubá, cerca de oitenta homens rumaram junto ao mesmo para as bandas do Sapucaí. Os demais, por motivos vários, como apego às propriedades e roçados, não acompanharam o padre. Porém, dos que se juntaram a ele, os de maiores posses levavam até alguns escravos. Desta forma, surgia um povoado às margens do Rio Sapucaí, povoado este que veio mais tarde ser chamado de Itajubá.

Já em 1822, havia certo número de casas edificadas e estava pronta uma capela na nova Itajubá, que prosperava dia a dia e, em 1831, tem-se o registro de que o Pe. Lourenço da Costa Moreira, já instalado neste novo povoado, recusa-se a voltar para Delfim Moreira por causa dos mesmos motivos apresentados antes da sua partida de Soledade de Itajubá. Motivos como o frio, que prejudicava sua saúde, e por julgar que faltavam no lugar população e comércio até para a compra de viveres para a sobrevivência de uma família, quando então denomina Delfim Moreira de “cemitério dos vivos”.

Depois deste período, a agropecuária sempre foi a base da economia de Delfim Moreira, principalmente até a década de 60, quando a queda desta atividade coincide com o fim da produção de frutas, como indica o Quadro 3.1.

Quadro 3.1: Queda na produção das principais fruticulturas do município de Delfim Moreira

Fruticultura (Delfim Moreira)		
Ano	Produto	Produção obtida (ton)
1.960	Goiaba	30.000
	Marmelo	501.756
1.970	Goiaba	4.832
	Marmelo	7.632
1.996	Goiaba	120
	Marmelo	200

Fonte: Consulta aos respectivos censos do IBGE

Outrora, o município foi reconhecido como o maior produtor de polpas de frutas do Estado de Minas Gerais e o maior produtor mundial de marmelo. O fim deste período coincide com o fechamento de várias indústrias (Quadro 3.2) de beneficiamento de marmelo, pêssego, pêra e goiaba tais como a CICA, a Peixe, a Colombo, a Fruticultores, dentre outras. Desde então o município teve sua economia, tradição, técnica e, conseqüentemente, sua qualidade de vida prejudicada.

Quadro 3.2: Diminuição do número de indústrias de produtos alimentícios do município de Delfim Moreira

Ano	Estabelecimentos industriais	Produtos alimentícios
1.960	27	-
1.970	22	20
1.075	18	14
1.980	20	12

Fonte: Consulta aos respectivos censos do IBGE

Atualmente o município de Delfim Moreira apresenta as seguintes características. Todos os dados a seguir foram adquiridos junto a EMATER/MG em seu relatório intitulado: Dados de realidade municipal emitido em 24 de março de 2004.

Características Gerais

Área: 414 km²

Quadro 3.3: Distribuição da população delfinense e ocupação por setor econômico.

POPULAÇÃO			
		Ocupação por setor econômico	
Rural	5.556	Agropecuária	1.545 66,8%
Urbana	2.476	Industrial	249 10,8%
Total	8.032	Comercial	42 1,8%
		Transporte	70 3,0%
		Outros	408 17,6%
		Total	2.314

Fonte: Consulta ao respectivo censo do IBGE

Como relatado anteriormente, mais de 2/3 da população delfinense (69,2%), concentra-se na zona rural. Além disso, o Quadro 3.3 acima mostra que a atividade agropecuária é responsável pela maior ocupação por setor econômico (66,8%), sendo ainda a mais importante do município. Esta mesma atividade é foco da Escola Técnica LIMASSIS quando visa atender às necessidades locais, não só oferecendo qualificação para os adolescentes como colocando-se à disposição da comunidade.

Infra-estrutura

Quadro 3.4: Serviço de energia no município de Delfim Moreira.

ENERGIA
Atendimento: 100%

Fonte: Dados fornecidos pela EMATER/MG (2004)

Quadro 3.5: Serviço de telefonia particular e público no município de Delfim Moreira.

TELEFONIA		
Nº de linhas		
Rural	Urbana	Comunitária
8	375	3

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Apesar da predominância de características rurais, o município é bem atendido quanto à energia elétrica, tanto na zona urbana como na zona rural (Quadro 3.4). Porém, ficar a desejar ainda o sistema de telefonia, principalmente na zona rural, onde se encontra a maior parcela da população (Quadro 3.5).

Quadro 3.6: Condição de saneamento urbano do município de Delfim Moreira.

SANEAMENTO URBANO			
Ligações de água	100%	Tratamento de esgoto	Não
Ligações de esgoto	100%	Coleta de lixo	Sim
Companhia de tratamento	Prefeitura municipal	Lixo a céu aberto	Não
		Aterro sanitário	Não
		Usina de reciclagem	Não
		Vigilância sanitária	Não

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Quadro 3.7: Condição de saneamento rural do município de Delfim Moreira.

SANEAMENTO RURAL					
Captação de água	(%)	Tratamento de água	(%)	Destino do lixo	
Mina	100	Nenhum	100	Céu aberto	Sim

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

No que se refere a saneamento urbano e rural, 100% do lixo é coletado na zona urbana (Quadro 3.6) e encaminhado para o município de Itajubá. Na zona rural não há coleta de lixo e o mesmo é descartado no local (Quadro 3.7), o que revela uma necessidade de conscientizar a comunidade quanto à maneira correta de agir, evitando disseminação de doenças e contribuindo para a conservação e preservação do meio ambiente e seus recursos naturais. Ainda mais considerando que a captação de água é oriunda toda de minas e utilizada sem nenhuma forma de tratamento.

Quadro 3.8: Situação habitacional e quantificação de hospedagens do município de Delfim Moreira.

HOSPEDAGEM		HABITAÇÃO		
Tipo	Quantidade	Tipo	% Rural	% Urbano
Hotéis	2	Alvenaria	85	95
Hotéis fazenda	5	Adobe	10	0
Pensões	2*	Pau a Pique	5	1
		Outros (madeira, lona)	0	4

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Com relação à situação habitacional, embora haja casas construídas em situações precárias como de pau a pique principalmente na zona rural (Quadro 3.8), no geral, mais de 90% das residências são de alvenaria. Com relação às hospedagens, o que chama a atenção é haver somente 2 (duas) pensões registradas neste documento da EMATER de março de 2004. Pois nesta mesma ocasião, quando o trabalho de campo já vinha sendo realizado, um número bem maior de proprietários de pensões já havia participado da pesquisa. Daí, pelo menos, duas considerações devem ser feitas; primeira, a de que estas pensões vinham funcionando de forma informal e a segunda, talvez justificando a primeira, é que estas pensões surgiram de

forma rápida com o intuito de atender uma demanda de alunos vindo da zona rural do próprio município, bem como, de outras cidades e estados, estudar na Escola Técnica LIMASSIS. O município começa, a partir de então, a perceber, a sentir e a aproveitar das mudanças decorrentes da presença da instituição.

Quadro 3.9: Número de estabelecimentos de ensino do município de Delfim Moreira.

EDUCAÇÃO	
Nº de estabelecimentos de ensino	
Urbano	Rural
4	12

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Quadro 3.10: Número de alunos matriculados do município de Delfim Moreira.

ENSINO BÁSICO	
	Nº de alunos matriculados
Pré-escolar	134
Fundamental incompleto	1.348
Médio colegial	200
Médio técnico	70

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

O Quadro 3.9 e, principalmente, o Quadro 3.10, relacionados à educação, mostra um dado importante que é o número de alunos matriculados principalmente no ensino médio técnico. O Ano de 2.002, no qual se baseiam estes dados da EMATER, data também o primeiro ano de funcionamento da Escola Técnica LIMASSIS. Ou seja, a escola começa a interferir nos dados do município, pois a mesma surge como opção para alunos que antes tinham que optar pelo ensino médio colegial ou deixar o município em busca de alternativas.

Economia

Quadro 3.11: Produção anual por produto da agroindústria de Delfim Moreira.

AGROINDÚSTRIA		
Nome do produto	Produção anual	Ano de referência
Fumo corda	3,0 ton	2.001
Queijo	75,0 ton	2.001

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Quadro 3.12: Caracterização do artesanato de Delfim Moreira.

ARTESANATO		
Nome do produto	Nº de artesãos	Principais produtos
Produto de linhas	50	Tricô, Crochê, Ponto cruz, abrólio

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Conforme escrito anteriormente, a agroindústria teve papel muito forte na economia delfinense até a década de 60, no auge da produção de frutas como o marmelo e a goiaba.

Depois da saída de todas as indústrias doceras, o fumo de corda e o queijo são os poucos produtos ainda processados pela agroindústria do município (Quadro 3.11). Juntamente, vem atuando no mercado local o artesanato (Quadro 3.12) e os comércios (Quadro 3.13), em maior quantidade os de gêneros alimentícios e os restaurantes e bares. Nem todos os comércios listados abaixo apresentaram aumento no número de estabelecimentos, porém todos, sem exceção, declaram ter sentido, alguns mais e outros menos, diferença nas vendas após o funcionamento da Escola Técnica LIMASSIS.

Quadro 3.13: Tipos e quantidade de estabelecimentos comerciais de Delfim Moreira.

COMÉRCIO			
Tipos de estabelecimento	Nº	Tipos de estabelecimento	Nº
Armarinhos (vestuário, tecidos, calçados)	7	Material de construção	3
Farmácia, drogaria e perfumaria	2	Móveis, decorações e eletrodomésticos	2
Gêneros alimentícios	12	Oficina e auto-peças	4
Insumos agropecuários	3	Padaria e confeitaria	4
Livraria e papelaria	2	Posto de combustível	1
Supermercados	3	Restaurantes e bares	30

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Quadro 3.14: Quantidade e tipos de produtos de exploração pecuária de Delfim Moreira.

EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS		
Nome do grupo	Nome do produto	Produção/Quantidade
Apicultura	Mel	10.482 kg
Asininocultura	Plantel	590 animais
Avicultura de corte	Plantel	13.818 animais
Avicultura de Postura	Plantel	15.100 animais
Bovinocultura de leite	Leite	6.238 mil litros
Bovinocultura de leite	Matrizes em lactação	3.776 matrizes
Caprinocultura	Plantel	141 animais
Eqüinocultura	Eqüinos	820 animais
Ovinocultura	Plantel	139 animais
Piscicultura	Peixes	700.000 toneladas
Ranicultura	Matrizes	500 matrizes

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Quadro 3.15: Quantidade e tipos de produtos de exploração agrícola de Delfim Moreira.

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS			
Nome do produto	Área (há.)	Produção (ton.)	Ano
Batata 1ª safra	60,0	2.600,0	2.003
Batata 2ª safra	20,0	1.515,0	2.003
Feijão 1ª safra	15,0	12,8	2.003
Feijão 2ª safra	5,0	4,3	2.003
Milho	100,0	350	2.003
Pêra	60,0	520	2.003
Tomate	2,5	335,0	2.003

Fonte: Dados de realidade municipal da EMATER/MG (2004)

Delfim Moreira, ainda hoje, apresenta uma variedade em diversidade e quantidade de produtos explorados pelas atividades agropecuárias (Quadros 3.14 e 3.15). Entretanto, uma queda de produção vem sendo sentida ao longo dos anos por alguns motivos relatados em entrevista com o engenheiro agrônomo da EMATER:

Através de uma metodologia de trabalho, observamos que, as cadeias produtivas como geradoras de crescimento e de desenvolvimento da região, sempre ocorreram em ciclos de expansão relativamente curtos e sem continuidade, porque sempre foram embasadas em atividades extremamente extrativistas, monoculturas, sem uma preocupação ou visão de sustentabilidade e diversificação, e principalmente, sem organização dos produtores. Citamos como exemplo desta mentalidade: Ciclo Fruticultura e Bataticultura. (Engenheiro Agrônomo da EMATER, entrevista realizada em 02/2004)

3.2.2 - Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge

A Fundação Educacional de Ensino de Técnicas Agrícolas, Veterinárias e de Turismo Rural – Escola Técnica LIMASSIS, mantida pela empresa privada Roge Distribuidora e Tecnologia S.A. sediada em Guarulhos/SP, foi instituída no dia 1º de novembro de 1999, sendo que seu estatuto foi registrado no dia 6 de dezembro do mesmo ano (ASSIS & LIMA, 2004). Porém, a escola surge antes disso quando um dos instituidores Carlos Rogério Campos Lima idealizou o projeto e, juntamente com seu sócio, Getúlio Raimundo de Assis, começou a discutir a possibilidade de desenvolver o mesmo.

Os empreendedores tinham a intenção, desde o início, de criar um projeto social. Com a criação de uma escola, eles atingiriam toda a sociedade, ainda mais sendo esta voltada para o ensino médio e técnico, profissionalizante, em um município, Delfim Moreira, onde inexistia tal opção para seus jovens. Adolescentes e jovens deste município, na maioria das vezes tinham que

deixar a família e seus lares, mudando para cidades vizinhas, objetivando dar continuidade em seus estudos, tanto ensino técnico como superior, isto quando apresentavam condição financeira. A escola, oferecendo educação gratuita de qualidade, oportunizaria aos interessados investir em empreendimentos próprios, permanecendo na cidade ou então, depois de formados e com uma vaga no mercado de trabalho, custear seus estudos seguintes. Os instituidores tinham então, a consciência de que tal projeto causaria transformações na comunidade local.

Visualizando a necessidade de criar uma instituição que mantivesse o projeto, independentemente de qualquer acontecimento envolvendo as pessoas físicas relacionadas com a empresa ROGE, foi criada a Fundação Educacional de Ensino de Técnicas Agrícolas, Veterinárias e de Turismo Rural, cujo objetivo principal é servir de agente catalisador de práticas educativas e projetos sociais relacionados.

Depois de analisar diversas localidades em Delfim Moreira que poderiam sediar a escola, a empresa ROGE comprou um terreno e doou o espaço para a fundação. Em um dos locais onde hoje funciona a escola existia uma antiga fábrica de doces.

O ano 2000 para a Escola Técnica Limassis foi sinônimo de organização de documentos, procura de profissionais especializados para auxiliar na formação dos alunos, discussão de regimento e normas internas e preparação da grade curricular. Em 2001, os profissionais já contratados começaram a trabalhar para que a escola fosse inaugurada no ano seguinte. E foi justamente isso que aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2002. (ASSIS & LIMA, 2004)

A Escola Técnica Limassis inicialmente, ano letivo de 2002, oferecia apenas três cursos técnicos juntamente com o ensino médio: Agrícola, Pecuária e Turismo Rural. A partir de 2003, a escola passou a oferecer também vagas para o curso Técnico em Meio Ambiente e Agroenergia, criado em convênio com a Universidade Federal de Itajubá/MG. O horário de funcionamento da escola é integral, com aulas das 7h30 às 18 horas, de segunda à sexta, permanecendo, diariamente, aberta até as 21 horas para uso dos alunos e da população. A mesma oferece atividades noturnas extras como um grupo de teatro amador, aulas de capoeira, ambas coordenadas voluntariamente por professores da própria instituição e o coral Roge, regido por um profissional especializado contratado.

O ingresso nos cursos se dá através de uma avaliação escrita de conhecimentos gerais, entrevista e teste vocacional, atendendo o número máximo de 40 estudantes por curso por ano.

De forma semelhante, os professores da Escola Técnica LIMASSIS também são selecionados cuidadosamente.

Atualmente, a Escola conta com dois ambientes onde as atividades escolares são realizadas e mais as áreas de atividades práticas. Um novo prédio já está em construção com previsão de conclusão em 2006. Mas os projetos arquitetônicos compreendem um prédio para a administração da escola e a biblioteca, um bloco para os laboratórios, quadras, restaurante, praça, área de eventos, um hotel e um prédio para a administração do hotel. A intenção é, a partir dessas estruturas, obter recursos que contribuirão para a manutenção da escola e servirão de laboratório para os alunos.

No período final da realização de coletas de dados desta pesquisa a escola atendia a 245 alunos (45,3% de mulheres e 54,7% de homens) de 35 municípios dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, além de Delfim Moreira, segundo a relação de 2005, conforme Quadro 3.16.

Quadro 3.16 – Relação de municípios de origem de alunos da Fundação ROGE no ano de 2005.

Cidade	Nº de Alunos	Cidade	Nº de Alunos
Cachoeira Paulista	9	Piranguçu	1
Campinas	1	Piranguinho	1
Cruzeiro	1	Potim	1
Delfim Moreira	83	Pouso Alegre	2
Gonçalves	4	Santa Rita do Sapucaí	2
Guaratinguetá	6	São José dos Campos	4
Itajubá	30	São Lourenço	3
Itamonte	1	São Paulo	2
Itanhandú	2	São Sebastião do Rio Verde	1
Lorena	15	São Tomé das Letras	2
Maria da Fé	4	Silveiras	2
Marmelópolis	6	Socorro	2
Natércia	1	Soledade de Minas	1
Paraisópolis	3	Suzano	1
Passa Quatro	1	Taubaté	3
Pedralva	5	Três Corações	1
Pindamonhangaba	2	Virgínia	13
Piquete	25	Wenceslau Braz	4
Total de Alunos		245	
Total de Cidades		36	

Fonte: Documento da Escola Técnica LIMASSIS (2005)

Apesar da quantidade de municípios atendidos, tirando os maiores como Campinas, São Paulo, São José dos Campos, a grande maioria tem na agropecuária sua principal atividade, semelhantemente a Delfim Moreira, como é o caso dos municípios de Pedralva, Maria da Fé, Marmelópolis, Natécia, Piranguçu, Piranguinho, dentre outros. Além disso, 33,9% dos alunos são de Delfim Moreira, uma porcentagem até alta considerando que a maior parte da população concentra-se na zona rural e muita das vezes encontra dificuldades como falta de meio de transporte e de condições financeiras para sustentar um ou mais filhos na zona urbana estudando sem poder trabalhar.

3.4 - Ferramentas e levantamento de dados

Após definida a metodologia e caracterizados os sujeitos do estudo de caso veio a escolha das ferramentas de pesquisa que, como visto anteriormente, muitas vezes baseia-se em várias evidências, ainda mais em se tratando desta pesquisa, um caso amplo e complexo.

Para se chegar até este nível, alguns estudos já haviam sido realizados, principalmente a leitura de documentos e livros sobre a história do Município de Delfim Moreira e da Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge. Também foram feitas algumas visitas ao IBGE localizado na cidade de Itajubá/MG, onde foram analisados os censos que faziam referência ao município de Delfim Moreira.

Além da análise documental e de registros em arquivo, Yin (2005), no capítulo 4 – Conduzindo Estudos de Caso: coleta de evidências –, discute seis fontes distintas, sendo elas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. O autor, neste mesmo capítulo, faz uma discussão dos três princípios da coleta de dados (YIN, 2005: 111):

- a) a utilização de várias fontes de evidências, e não apenas uma;
- b) a criação de um banco de dados para o estudo de caso; e
- c) a manutenção de um encadeamento de evidências.

Das seis fontes de evidências propostas pelo autor, aqui trabalhou-se, num período compreendido entre 01/2004 e 06/2005, com análise documental (documentos administrativos da Escola Técnica LIMASSIS e documentos que relatavam a história do município em questão); registros em arquivos (mapas da região e do município, registros organizacionais, censo demográfico); entrevistas focadas realizadas dentre outros com o instituidor da Fundação Roge, o engenheiro agrônomo da EMATER e, levantamento, realizado junto a

comunidade, tanto da zona rural como urbana e com os comerciantes; outra fonte de evidência utilizada foi a observação direta, quando se considera o sujeito-comunidade e, participante, o sujeito-instituição, por ser o pesquisador funcionário da mesma.

Com relação às entrevistas focadas realizadas com o instituidor da ETL, a EMATER, representantes religiosos, do poder público, da associação comercial local, estas foram realizadas de forma espontânea e com caráter de uma conversa informal, porém munido de perguntas previamente elaboradas, como aconselha Yin (2005). Um outro tipo de ferramenta utilizada foi o questionário, com questões elaboradas, estruturadas e aplicadas junto aos comerciantes e moradores do município de Delfim Moreira, depois de um estudo quantitativo.

De acordo com o censo do IBGE, a população de Delfim Moreira é composta no total por 8.032 pessoas residentes e 2.672 (33,3%) pessoas residentes na zona urbana, portanto, 5.360 (66,7%) na zona rural. Considerando que estes números são compostos por pessoas de faixas etárias variadas e que para atingir o objetivo do levantamento a opinião de uma pessoa por residência ou família já seria o bastante, buscou-se levantar o número de residências nas zonas urbana e rural. Paralelamente foi levantado também o número de estabelecimentos comerciais. Por se tratar de um município pequeno onde as atividades comerciais se concentravam na cidade ou, mais precisamente, no centro, e também não apresentava uma extensão e nem um número de comércios elevados, fez-se a contagem direta, rua a rua.

Com relação ao número de residências, como a prefeitura não possuía este dado, fez-se uma pesquisa junto à CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) em julho de 2004 (Quadro 3.17), que forneceu os seguintes dados:

Quadro 3.17: Número de clientes atendidos por energia elétrica no município de Delfim Moreira/MG

Total de clientes	2.620
Residências	1.861
Indústrias	18
Comércios	197
Rural*	497
Poder Público	41
Iluminação	6

Fonte: Dados fornecidos pela CEMIG (2004)

A partir destes dados foram feitas as seguintes estimativas: segundo o IBGE, 33,3% da população estão na zona urbana e 66,7% na zona rural; segundo os dados da CEMIG, se considerarmos o rural* como propriedades com residências, o que acontece na maioria das vezes e, somarmos este valor ao número de residências atendidas, tem-se um total de 2.358

casas. Desta forma, multiplicando este valor pelas respectivas porcentagens, pode-se propor que Delfim Moreira possui 785 residências urbanas e 1.573 residências rurais. Estes valores não são precisos, porém o suficiente, considerando que serviram apenas para se fazer a distribuição do número de residências a fazerem parte do levantamento na zona urbana e rural.

Com os números apresentados acima, foi calculada uma amostra representativa, com incerteza de no máximo 5%, de 350 residências a participarem do levantamento, sendo 116 na zona urbana e 234 na zona rural. Distribuir estes números pela zona urbana seria fácil, porém, na zona rural, por não ter conseguido o número de residências por bairro é que foi um pouco trabalhoso. Por não haver registro de números de residências por bairro e também haver bairros com números muito diferentes de casas, teve-se que sair a campo e efetuar esta contagem. Uma nova dificuldade foi encontrada, as delimitações dos bairros na zona rural também era algo sem muita precisão além de existirem bairros das zonas rurais com até 30 km de distância do centro da cidade e com difícil acesso. Entretanto, o levantamento foi realizado com êxito mesmo exigindo um bom tempo de dedicação.

3.5 - Análise documental

Foram analisados dentre vários documentos o Plano Municipal de Educação (PME) de Delfim Moreira vigente no período de 2004 a 2013 e o Projeto Pedagógico da Escola Técnica LIMASSIS. Segundo o PME, o município possui 02 escolas pertencentes à rede estadual sendo, 01 na zona urbana e 01 na zona rural, 11 escolas na rede municipal, sendo 02 na zona urbana e 09 na zona rural e 01 escola particular (ETL) que oferece cursos técnicos profissionalizantes em nível médio. O número de alunos matriculados na Educação Infantil (Pré-escola) é de 124, no Ensino Fundamental 806, no Ensino Médio 234 e Ensino Técnico Profissionalizante 117.

Outro dado importante do PME é sobre a reprovação e evasão, em especial do ensino médio. A reprovação tem diminuído nos últimos anos, porém a evasão tem aumentado, em 2.000 está última foi de 7%, em 2.001 foi de 8,7% e em 2.002 de 37%. Embora o valor apresentando para o ano de 2.002 seja muito elevado, merecendo uma revisão por parte do município, o que importa é que o principal motivo apontado como justificativa para a evasão escolar, apesar do município oferecer transporte, foi a distância e cansaço dos alunos que vêm da zona rural.

Segue, entretanto, o perfil da educação (missão, valores e visão) proposto pelo município e pela ETL, com o intuito de uma posterior comparação.

Plano Municipal de Educação de Delfim Moreira/MG (2004/2013)

Missão

Ampliar gradativamente a oferta da educação infantil, garantindo a universalização no ensino fundamental e médio, dando oportunidade a jovens e adultos que não concluíram na idade própria, ampliando o atendimento dos cursos técnicos e profissionalizantes, buscando parcerias com empresas, instituições públicas e sociais, a participação de voluntários e investindo na formação continuada dos profissionais da educação e desenvolvendo uma proposta cidadã comprometida com a comunidade.

Valores

- Comprometimento: individual e de equipe na busca da competência com a responsabilidade e através de uma postura ética justa e democrática;
- Integração: através de ações conjuntas entre as diferentes redes de ensino e articuladas com as instituições públicas e sociais;
- Credibilidade: através da organização e do trabalho e da qualidade do ensino;
- Solidariedade: pelo respeito às diferenças individuais, sociais, culturais, regionais, religiosas favorecendo a convivência, a cooperação e o trabalho coletivo,
- Cidadania: Compromisso com a formação do aluno para o exercício da cidadania, com a preservação do meio ambiente, do patrimônio público e do ser humano como um todo.

Visão

As escolas funcionando com elevado grau de comprometimento de seus profissionais, bem estruturada, com bom nível de ensino, desenvolvendo Projetos Participativos com a comunidade, através de parcerias preocupada com a preservação do meio ambiente, do patrimônio público.

Estratégias

- Valorização do profissional da educação;
- Desenvolver a Gestão Educacional através de um Modelo Conceitual;

- Estabelecimento de parcerias e convênios,
- Integração com outros setores da comunidade.

Projeto Pedagógico da Escola Técnica LIMASSIS (2001)

Missão

A Escola Técnica Limassis, da Fundação Roge (Fundação Educacional de Ensino de Técnicas Agrícolas, Veterinárias e de Turismo Rural) tem como missão proporcionar escolaridade de Nível Médio e Educação Profissional para o exercício da cidadania e formação adequada para o ingresso no mercado de trabalho, atuando como Difusora de Tecnologias.

Assim, fica estabelecido que o propósito que se deseja alcançar esteja apoiado na interdisciplinaridade e participação ativa dos alunos utilizando-se de uma metodologia baseada nos princípios de disciplina, responsabilidade, democracia, autonomia, honestidade e lealdade.

Visão

Procuramos dar ao educando uma visão do mundo em que vivemos, da natureza que herdamos e que nos cerca, despertando e sensibilizando-o para que pense ecologicamente e sinta a necessidade da preservação do meio ambiente, visando melhores condições de vida própria e das futuras gerações.

Visionamos uma educação profissional voltada para a construção do cidadão produtivo, buscando o desenvolvimento de habilidades específicas adequadas ao mercado de trabalho; de gestão pessoal e empresarial e da administração do processo de trabalho e das relações interpessoais.

Trabalhamos de maneira a assegurar uma educação voltada para possibilitar sempre, uma melhor e crescente integração Escola - Empresa.

Entendemos que desta forma teremos oportunidades de adequar nossos currículos escolares às opiniões e necessidades empresariais dos setores econômicos envolvidos nas atividades dos cursos oferecidos pela escola, o que nos possibilita estar sempre atualizado às necessidades de mercado, cada vez mais exigente e globalizado.

Princípios e compromissos

A Educação Profissional ministrada pela "Escola Técnica Limassis", inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elementos de auto-realização, qualificação para o exercício de atividades produtivas e preparo para o exercício pleno da cidadania, tornando-se elemento útil à sociedade, através de conhecimentos e habilidades gerais e específicas.

Entendemos que, desta forma, estamos preparando o indivíduo, a sociedade, a região, para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio. Atuando desta maneira nos tornaremos, em breve, um pólo de referência e difusão de tecnologia regional.

Objetivos e metas

Tendo em vista os fins da Educação Nacional Profissionalizante, a "Escola Técnica Limassis", voltada para os campos da Educação profissional de níveis básico e técnico objetiva, eficiência social, pelo conhecimento do meio físico, econômico, político e social da região, do estado, do País e de outros povos.

Busca oferecer habilitação profissional que possibilite uma ocupação rendosa e produtiva com domínios de conhecimentos tecnológicos que assegurem condições à qualificação profissional.

Procuramos manter um intercâmbio cada vez maior entre a comunidade e a Escola, oportunizando a integração do aluno no meio físico e social.

Avaliando-se e comparando-se os valores do PME e da ETL, pode-se observar alguns pontos semelhantes. A partir de algumas palavras chaves presentes e marcantes no universo da educação, como por exemplo, atitude, alunos, profissionais e sociedade, os valores identificados nos dois casos apresentam bastantes semelhanças, mesmo quando estas idéias estão colocadas ou expressadas de formas um pouco diferente. Isto talvez ocorra por se tratar de entidades voltadas para um objetivo maior que é a educação, apesar de apresentarem alguns alvos e metas diferentes.

Outra semelhança entre o PME de Delfim Moreira e o Projeto Pedagógico da ETL, de forma geral, é que ambos apresentam objetivos bem gerais, sem correspondência com a cultura local, ou seja, não se posicionam quanto à identidade cultural da região. Com relação ao PME, este assume um plano com capacidade de ser aplicado a outros municípios

independentes de suas características, pois não singulariza a ação educativa para Delfim Moreira.

Por outro lado, algumas diferenças também podem ser percebidas se analisado mais minuciosamente o conteúdo em estudo. Por exemplo, ambos valores referem-se à questão da solidariedade, porém com focos um pouco diferente, o PME voltado mais para a questão profissional e a ETL para a social; a ETL trás de forma mais clara os seus valores para com os seus educandos, enquanto o PME para com os seus educadores; observa-se também que a ETL, diferentemente do PME, tem seus valores um pouco mais ligado ao futuro.

Entretanto, o que realmente fica de interessante é a real necessidade e importância de se ter, tanto a missão e a visão, como os valores e as estratégias bem definidas, correspondendo a singularidade do lugar, de sua cultura, sua identidade e não uma proposta ou receita universal na elaboração de um planejamento e na gerência, principalmente quando o assunto é educação.

Identificar e analisar os valores e demais bases de um planejamento estratégico é muito importante, porém, uma proposta ainda possível com relação a este assunto, é que o mesmo tem muito mais a informar se associado à questão do alinhamento, garantindo coerências, afinidades e até mesmo confirmando contradições assumidas.

Segundo COLLINS (apud HESSELBEIN & COHEN, 1999), gasta-se muito tempo rascunhando, escrevendo e reescrevendo as declarações de visão, missão, valores, metas e pouquíssimo tempo tentando alinhar as organizações aos valores e visões já existentes com as ações. Ainda mais, uma porcentagem significativa do tempo deveria ser dedicada a realmente tentar melhorar a compreensão, uma porcentagem mínima a documentar essa compreensão e maior parte do tempo a fazer o alinhamento. Pois, os valores são como estacas, permanecem estáveis, já as práticas, estratégias, estruturas, sistemas, políticas e procedimentos devem estar abertos a mudanças.

CAPÍTULO 4 - QUESTIONÁRIO: RESULTADOS E ANÁLISE

Como descrito no capítulo anterior, para melhor execução e compreensão desta pesquisa, o trabalho de campo foi dividido em etapas. A análise documental e de arquivos deu origem à caracterização do município de Delfim Moreira e da Escola Técnica LIMASSIS (ETL). Seguem os resultados colhidos a partir das entrevistas e questionários aplicados juntos aos estabelecimentos comerciais locais (Anexo I), população urbana e rural (Anexo II), numa quantidade demonstrada no gráfico 4.1.

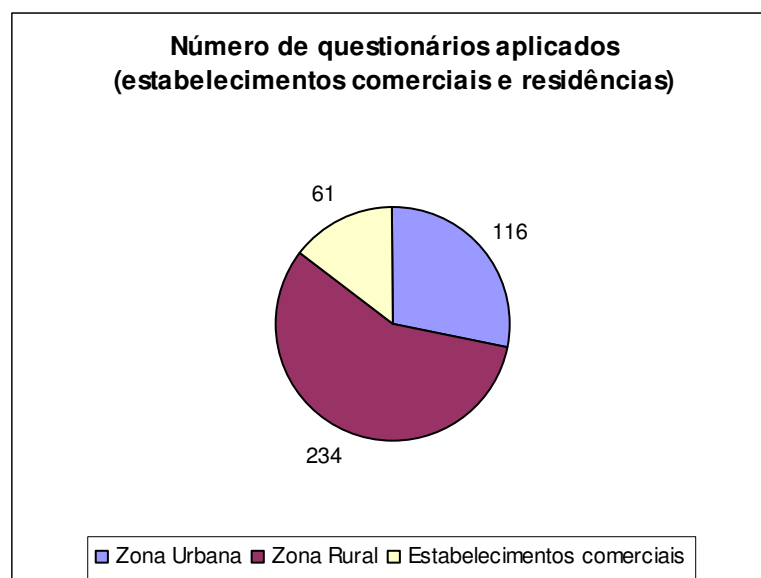


Gráfico 4.1: Número de questionários aplicados nas residências (zona urbana e rural) e nos comércios de Delfim Moreira.

Desta forma, buscou-se apresentá-los de forma clara, considerando que o principal objetivo foi levantar as interferências provocadas no município de Delfim Moreira, interferências estas que já estavam sendo ou seriam sentidas pela ETL e, podem vir a interferir nas tomadas de decisões da mesma.

4.1. Dos estabelecimentos comerciais

No período de realização desta pesquisa, a Associação Comercial Empresarial de Delfim Moreira não tinha um registro atualizado com as principais atividades econômicas atuante no município. Por este ser relativamente pequeno e de características predominante rurais, conseqüentemente, as atividades comerciais concentram-se, na grande maioria, no

centro da cidade, portanto, optou-se por uma contagem direta em campo e a partir daí obteve-se o seguinte levantamento, quadro 4.1:

Quadro 4.1: Estabelecimentos Comerciais de Delfim Moreira levantados durante a pesquisa.

Estabelecimentos Comerciais			
Loja (roupa, calçado)	12	Lotérica	1
Papelaria	3	Correio	1
Padaria	2	Escola de línguas	1
Restaurante	3	Pensão	7
Lanchonete	3	Hotel	1
Bar, mercearia	13	Pousada	1
Loja de móveis	1	Imobiliária	1
Loja de 1,99	1	Oficinas	7
Drogaria	2	Cabeleireiro	3
Produtos artesanais	2	Laboratório	1
Posto de gasolina	1	Academia	1
Materiais de construção	2	Lotérica	1
Supermercado	3	Autopeças	2
Floricultura	1	Dentista	2
Açougue	2	Banco	1
Quitanda	1	Posto de saúde	1
Subtotal	52	Subtotal	32
Total: 84			

Fonte: Dados levantados em pesquisa de campo (2004)

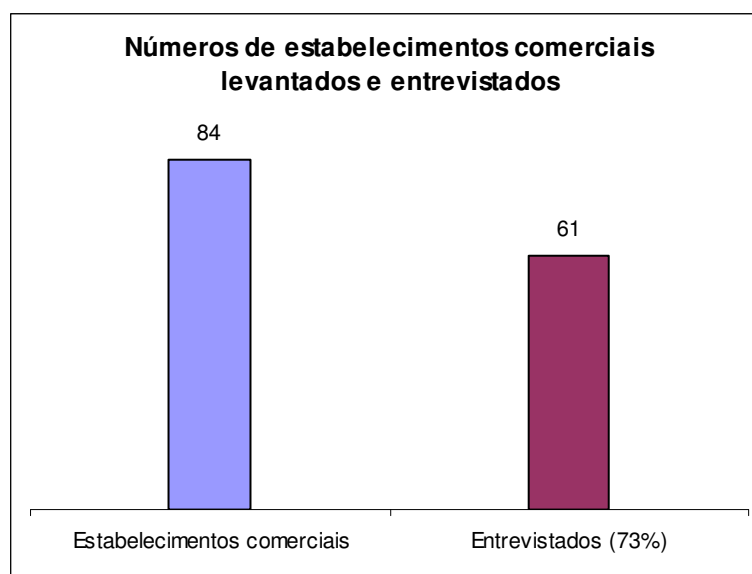


Gráfico 4.2: Números de estabelecimentos comerciais levantados em Delfim Moreira e participantes da pesquisa.

Os 61 (73%) comércios entrevistados (proprietários e empregados), gráfico 4.2, estão todos localizados na zona urbana de Delfim Moreira. O tempo de existência dos comércios varia de alguns meses a 60 anos (gráfico 4.3), sendo que a maioria dos mais novos tem como proprietário pessoas do próprio município e de outros como Itajubá, Piquete etc. e iniciou suas atividades juntos ou logo após a inauguração da ETL, aproveitando das mudanças de mercado causadas pela mesma no município. A grande maioria dos comércios é composta de bares e lojas, e no ramo de prestação de serviços, por pensões, criadas para atender as necessidades dos alunos vindos de outras cidades e Estados.

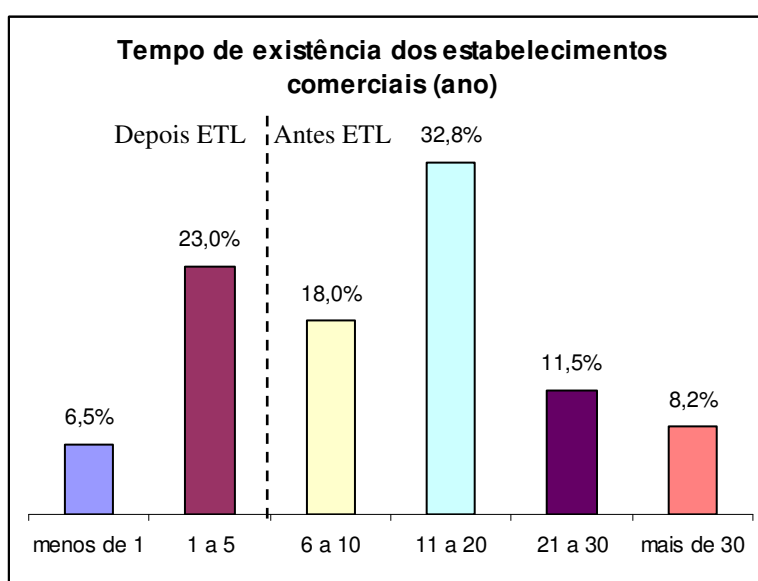


Gráfico 4.3: Tempo de existência dos estabelecimentos comerciais de Delfim Moreira que participaram da pesquisa.

Dos entrevistados, 100% disseram conhecer a ETL e saber que lá funciona uma escola de ensino técnico. Destes, apenas 33 entrevistados (54%) souberam dizer exatamente quais os quatro cursos oferecidos pela escola, gráfico 4.4.

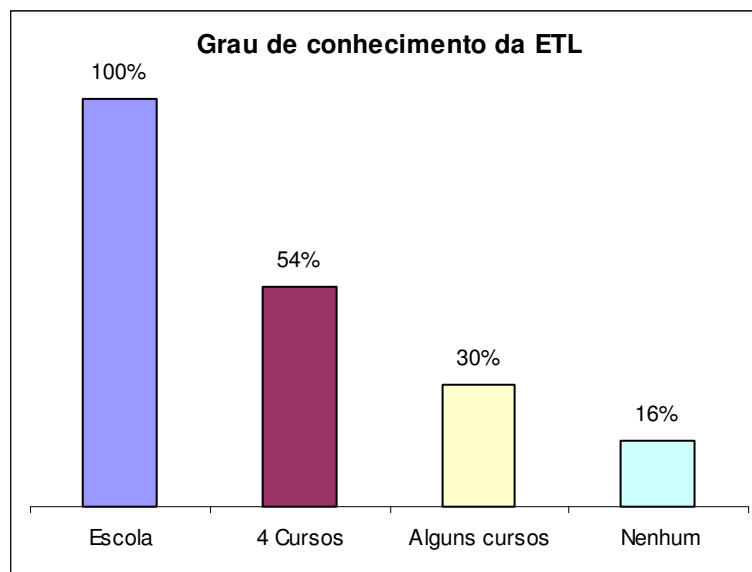


Gráfico 4.4: Grau de conhecimento da Escola Técnica LIMASSIS por parte dos comércios do município de Delfim Moreira.

Dos entrevistados, 13 (21%) estabelecimentos, gráfico 4.5, contrataram pelo menos mais um funcionário depois que a escola iniciou sua atividade no ano de 2.002 até o ano da realização da pesquisa, 2.005.

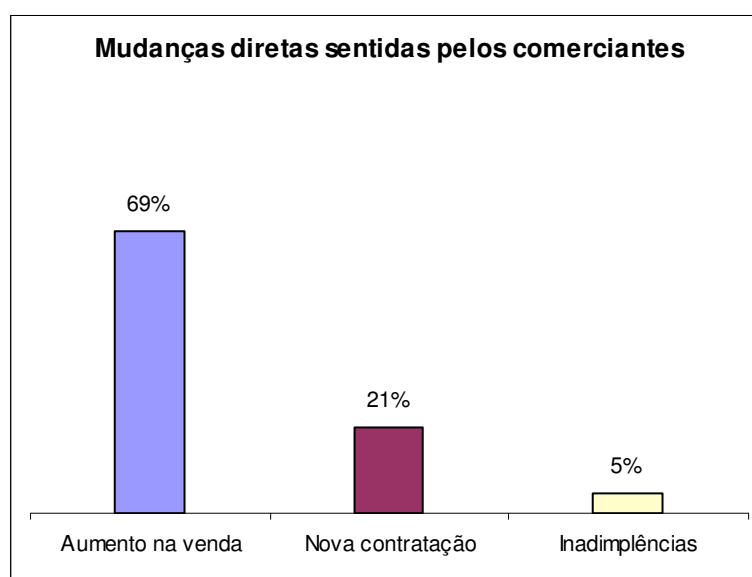


Gráfico 4.5: Mudanças diretas sentidas e declaradas pelos comerciantes do município de Delfim Moreira.

Este resultado positivo, não só para os proprietários e os contratados, mas para o município de forma indireta, é consequência de outros também relatados pelos próprios entrevistados, como:

- Aumento nas vendas (64%) e variedade de produtos, exigência do próprio mercado. “... procura por roupas mais jovens” (SF). Neste ponto, destaca-se também a nítida diferença

entre o período de aula e o de férias escolares, quando a maioria dos alunos deixa a cidade e retorna para suas casas. O aumento nas vendas também não ficou só por conta dos novos “habitantes”, mas também dos próprios delfinenses, ou porque empregados e agora com poder aquisitivo ou porque passaram a desenvolver alguma atividade econômica, como é o caso dos proprietários de pensões. “*A escola, além de oportunidade de estudo, deu mais vida para a cidade, a agricultura estava fraca*” (BMSE);

- Aumento no giro de mercadorias;
- Geração de novos empregos diretos por contratação de novos funcionários ou oportunidades de abrir um comércio próprio (terceiro setor), aumentando o poder aquisitivo dos moradores do município;
- Aumento da procura por imóveis de aluguel;
- Aumento do valor do aluguel e dos imóveis devido o aumento da demanda (neste caso, tem um lado positivo, para os proprietários, e negativo para quem depende do aluguel, principalmente para quem é da própria cidade);
- Alteração no horário de abrir os comércios (como é o caso de padarias que entregam pães nas pensões), no horário de almoço, buscando coincidir com o da escola e de fechamento do estabelecimento para mais tarde, visto que as atividades escolares vão até as 18h00 e muita das vezes os alunos não têm tempo de frequentar o comércio local.
- Crescimento e divulgação da cidade, atraindo pessoas de fora, pais, parentes, amigos e conhecidos dos alunos;
- Maior crescimento gerando concorrência;
- Diferença também percebida nos dias de eventos realizados pela ETL;
- Aumento na construção de imóveis, visando principalmente atender a demanda por aluguel;
- Possibilidade de convênios com a ETL, oferecendo descontos para alunos,
- Aumento não só no setor de ofertas de produto como também de serviços (bicicletarias, sapataria, pensões, etc.).

Os pontos negativos, além de serem citados por poucos variam bem menos, em relação aos pontos positivos:

- Aumento da venda no crediário para pessoas desconhecidas e inadimplência;

- Aumento no risco de investir por não ter a certeza de que a escola vai dar certo ou não (risco tanto no investimento feito em produtos estocados como também em construções realizadas). “*Se a escola acabar vão ficar um monte de imóveis vazios*” (MS);
- Resistência da cidade ao crescimento;
- Falta de espírito cooperativista;
- Falta de parceria;
- Aumento na venda de bebidas alcoólicas e cigarros,
- Encarecimento do custo de vida;

Se comparados em quantidade com os pontos positivos, os negativos são bem menos, além de só terem sido citados por 18% dos entrevistados, conforme gráfico 4.6.

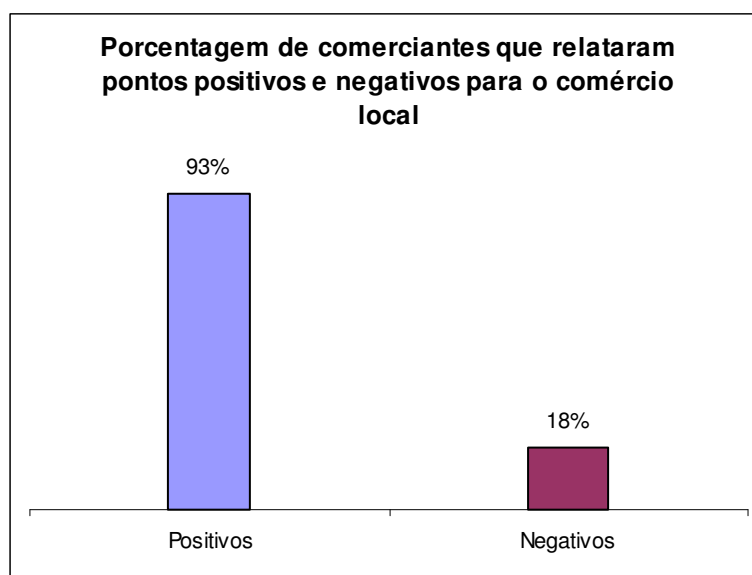


Gráfico 4.6: Porcentagem de estabelecimentos comerciais que citaram pontos positivos e negativos, para o comércio, percebidos após o funcionamento da ETL.

Uma outra análise é quanto à capacidade de separar a visão de comerciantes da do cidadão. Em muitos casos, ao citar pontos positivos e, principalmente, negativos, muitos falavam mais como moradores de Delfim Moreira do que como comerciantes.

Neste contexto, relacionado às mudanças provocadas pela ETL, foi pesquisado junto aos comerciantes também, o que eles viam como ponto positivo e negativo para o município. De forma semelhante também forma poucos os que citaram algum ponto negativo, conforme gráfico 4.7.

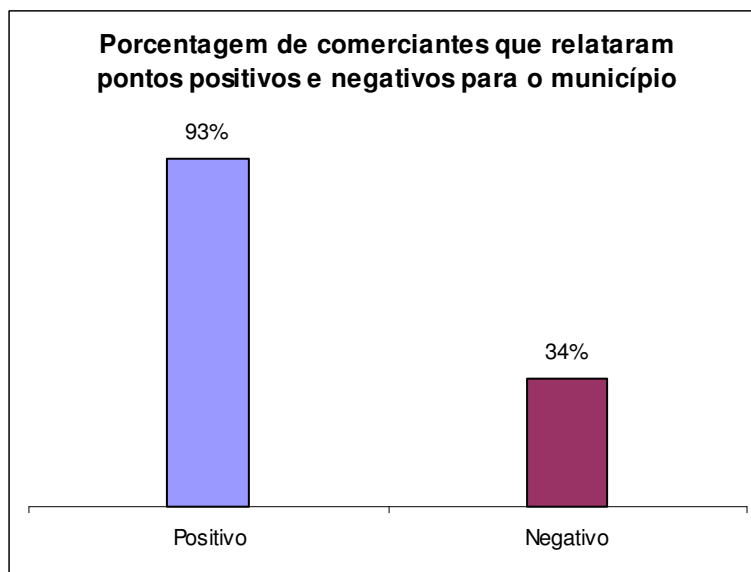


Gráfico 4.7: Porcentagem de estabelecimentos comerciais que citaram pontos positivos e negativos, para o município, percebidos após o funcionamento da ETL.

Da mesma forma, no momento de falar do município, muitos não conseguiram se desvencilhar da visão de comerciantes, isto pode ser percebido quando citam com pontos positivos o maior movimento de pessoas que a escola trouxe para a cidade, as oportunidades de emprego e também, a divulgação da cidade, gráfico 4.8.

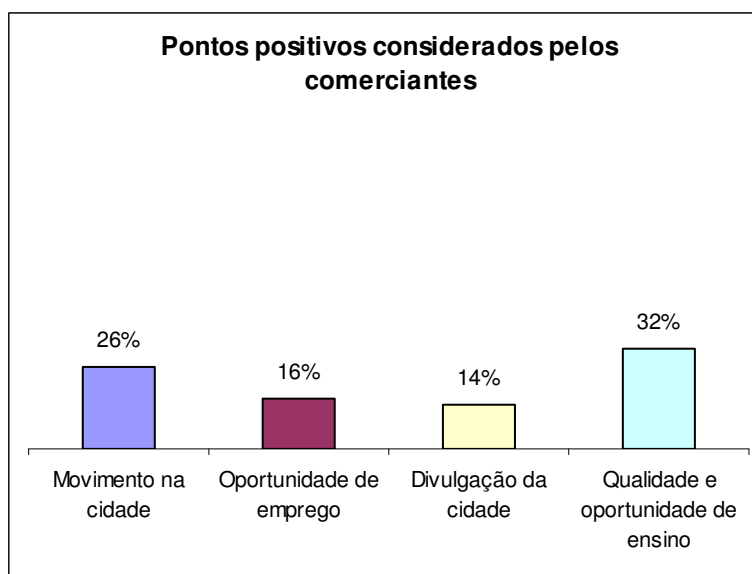


Gráfico 4.8: Pontos positivos, para o município, percebidos pelos comerciantes após funcionamento da ETL.

Também foram poucos os entrevistados que citaram pontos negativos, e estes foram, na totalidade, drogas (alguns tipos, mas principalmente cigarro e bebidas) e/ou a “bagunça”

(festas nas repúblicas noite a fora, som alto, turmas de alunos conversando pela rua até a madrugada), gráfico 4.9.

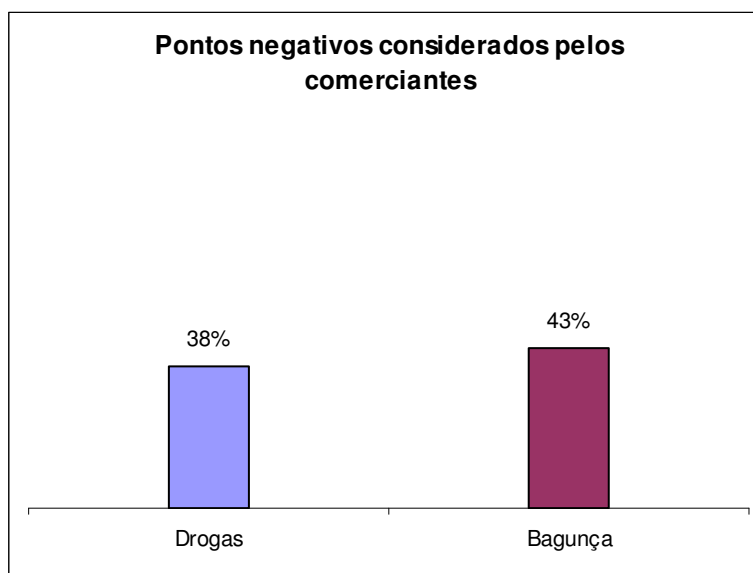


Gráfico 4.9: Pontos negativos, para o município, percebidos pelos comerciantes após funcionamento da ETL.

Junto com o comércio foram entrevistadas também pessoas que trabalham na única agência dos Correios do município, da casa lotérica e do posto de saúde local. Na agência do correio houve um aumento significativo de correspondências e de movimento devido ao convênio com o Banco do Brasil. Na casa lotérica também houve maior movimento, tanto de dinheiro como de pagamentos de contas. No posto de saúde, além do acréscimo na procura por atendimento médico, houve um maior consumo de preservativos, o que revela um pouco do comportamento dos adolescentes.

Outra pergunta feita foi com relação às expectativas, as esperadas e as futuras, embora a instituição tivesse na época apenas de 3 para 4 anos de existência. Mas o resultado foi bastante satisfatório. Quanto às expectativas esperadas, gráfico 4.10, a maioria (52%), disse ter suas expectativas atendidas, 8% superadas, contra 8% que disseram ter suas expectativas não atendidas e 31% que nem chegaram a criá-las.

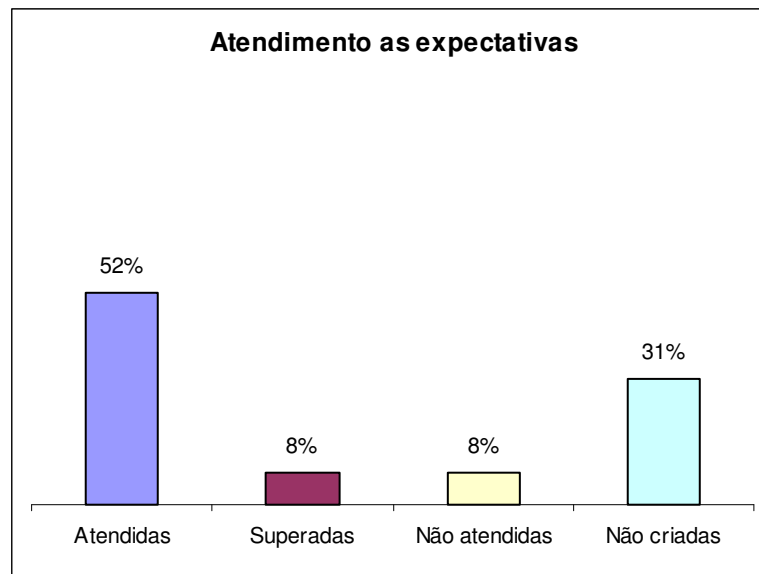


Gráfico 4.10: Atendimento quanto as expectativas relacionadas a ETL desde sua criação até os dias da realização da pesquisa.

Já com relação às expectativas futuras, gráfico 4.11, todas são positivas e, novamente não relacionadas somente com o comércio.

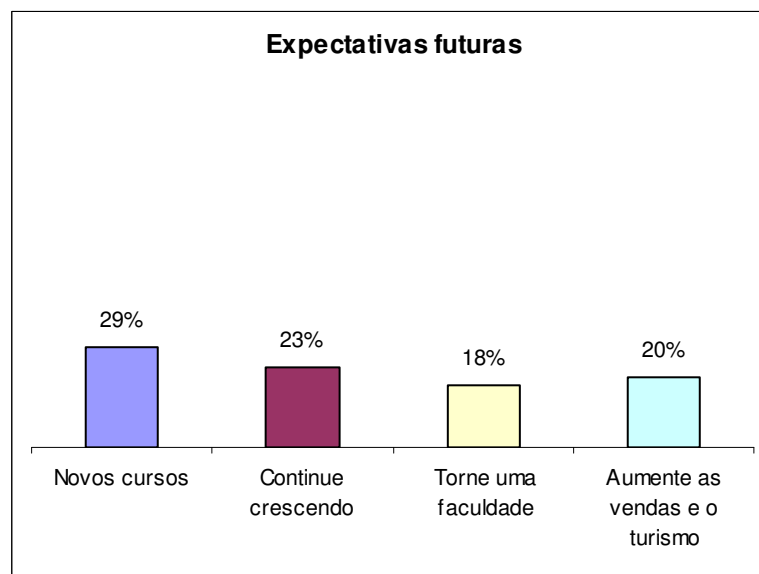


Gráfico 4.11: Expectativas futuras dos comerciantes de Delfim Moreira com relação a ETL

De forma geral todos esperam que a escola continue crescendo e, conseqüentemente também, o comércio e o turismo. Esperam também que sejam oferecidos novos cursos, não só voltados para a área rural, como também da saúde e da indústria. Ao mesmo tempo, parte demonstrou também a esperança de que a escola se transforme em uma universidade no futuro. Neste contexto, foi traçado por um dos entrevistados um paralelo entre a ETL e a Universidade Federal de Itajubá, município vizinho, quanto à responsabilidade pelo

crescimento da cidade, ao mesmo tempo em que outro comerciante apresentou uma preocupação, em meio a tantas expectativas de crescimento, com a capacidade do município de estar preparado para tal.

4.2. Da população urbana e rural

As entrevistas nas residências foram realizadas em horários diferentes em dias variados da semana, inclusive finais de semana, para garantir uma maior variabilidade entre os entrevistados, tanto de idade, ocupação e sexo, pois percebeu-se que sendo as mesmas realizadas nos dias de semana e em horário comerciais, os entrevistados iriam ser na maioria mulheres ocupadas com atividades do lar.

Sendo assim, os sujeitos da pesquisa estão caracterizados da seguinte forma:

- A maioria dos respondentes do questionário reside em Delfim Moreira por um período que vai de 11 a 20 (25%) anos, seguido por um grupo, relativamente igual, por um período de 21 a 30 (23%) anos, gráfico 4.12, compondo um quadro de quase 48% de pessoas que moram na cidade há mais de 10 anos. O que garante, de certa forma, que a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa (90%), está na cidade bem antes do surgimento da ETL, presenciaram sua criação e estão acompanhando, em graus diferentes de interesses, as modificações provocadas pela mesma.

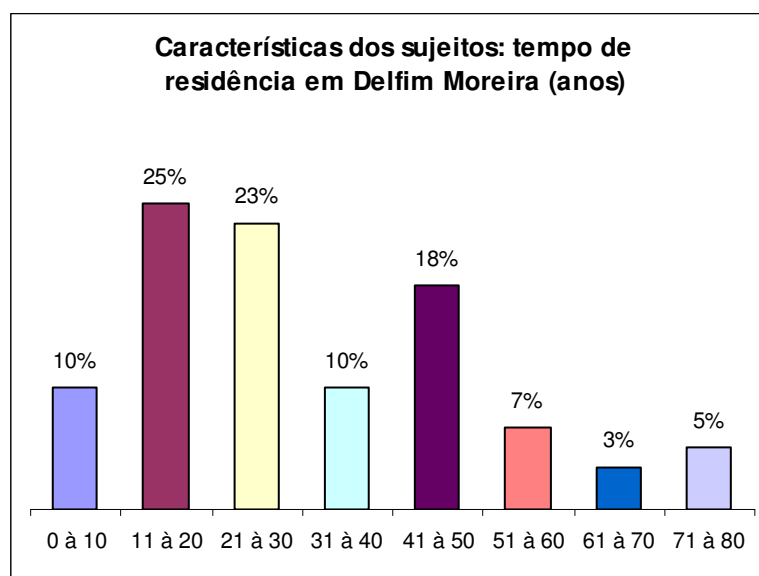


Gráfico 4.12: Características do sujeito-comunidade: tempo (anos) de residência em Delfim Moreira.

- A idade dos que participaram respondendo os questionários variou de 15 a 80 anos, porém, a maioria (64%) com idade entre 21 e 50 anos, gráfico 4.13. Uma faixa etária que pode-se

considerar econômica e socialmente, mais ativa e, conseqüentemente, com capacidade de contribuir para a presente pesquisa.

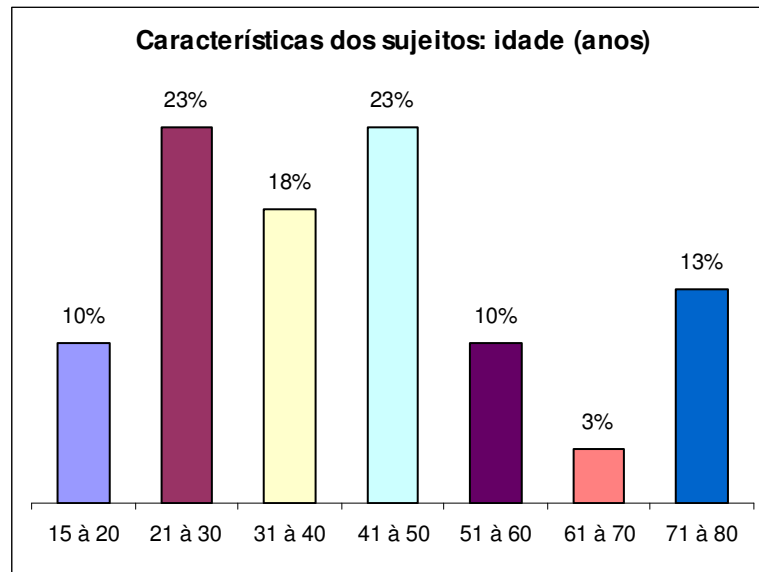


Gráfico 4.13: Características do sujeito-comunidade: faixa etária (anos).

- Outra característica levantada do sujeito-comunidade foi o número de pessoas em cada residência, gráfico 4.14. A maioria possui três pessoas (29%), compreendendo o grupo de 74% que possui de 3 a 5 pessoas. Dado que chama a atenção em um município com características predominantemente rurais.

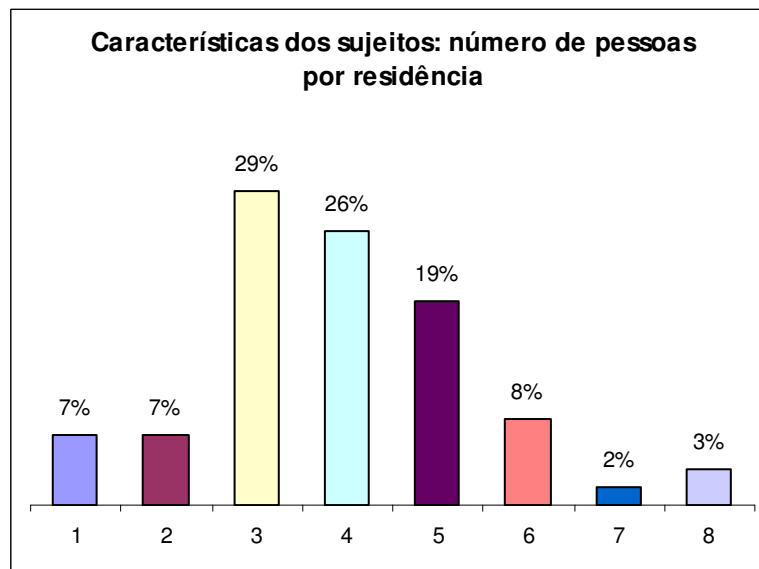


Gráfico 1.14: Características do sujeito-comunidade: número de pessoas por residência.

- Mesmo variando os dias e horários de aplicação da pesquisa em campo, como a mesma foi realizada em residências, a maioria dos participantes foi de mulheres e do lar, 30%

conforme gráfico 4.15, seguida por trabalhadores do campo (15%) e aposentados (10%). Outras profissões exercidas fora de casa também apareceram, embora em porcentagens menores, como o caso de professores, funcionários públicos, motoristas, pedreiros e outras (enfermeiros, cabeleireiros, etc.).

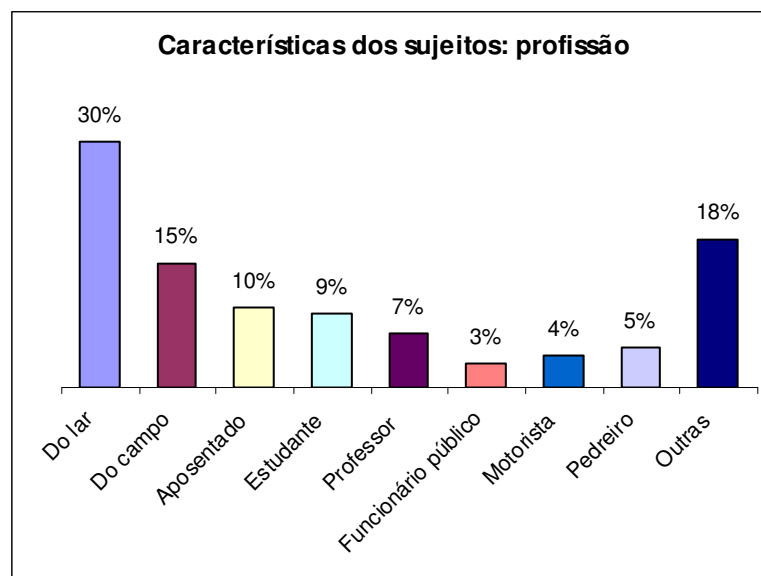


Gráfico 4.15: Características do sujeito-comunidade: profissão.

- O grau de escolaridade dos participantes também foi outro dado levantado. Para melhor expor, criou-se as seguintes categorias: **NE** – nunca estudou, **EBI** – Ensino Básico Incompleto (*1ª a 4ª série*), **EBC**– Ensino Básico Completo (*até 4ª série*), **EFI** – Ensino Fundamental Incompleto (*5ª a 8ª série do antigo 1º grau*), **EFC** – Ensino Fundamental Completo (*até 8ª série do antigo 1º grau*), **EMI** – Ensino Médio Incompleto (*1ª a 3ª série do antigo 2º grau*), **EMC** – Ensino Médio Completo (*até 3ª série do antigo 2º grau*), **ESI** – Ensino Superior Incompleto e **ESC** – Ensino Superior Completo. Por apresentar diferença significativa entre a zona urbana e rural, este dado é apresentado em gráficos separados. Neste sentido foi detectado que 23%, maioria dos sujeitos da zona urbana que responderam os questionários, pertence ao grupo **EMC**, gráfico 4.16 (A), já na zona rural, a maioria pertence ao **EBI** e **EBC**, gráfico 4.16 (B). Resultado bastante coerente, considerando que a maior parte da população delfinense reside na zona rural e que, conseqüentemente, tem relativa dificuldade de acesso ao ensino. Outro destaque é quanto à quantidade de entrevistados pertencentes ao grupo **ESI** e **ESC** na zona urbana (13%) mesmo não havendo no município, até o fim do período de realização da pesquisa em campo, instituição de ensino superior, o que justifica até certo ponto, as expectativas criadas por parte da população com relação ao ETL.

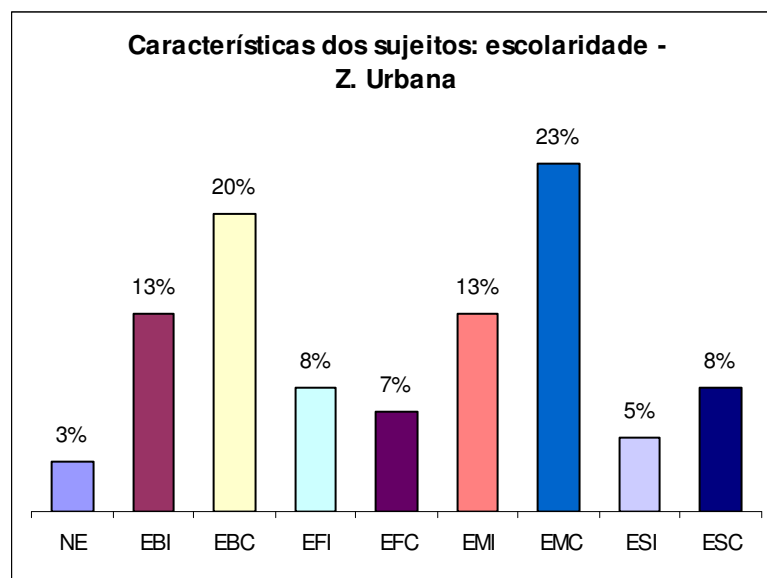


Gráfico 4.16 (A): Características do sujeito-comunidade (Z. Urbana): grau de escolaridade.

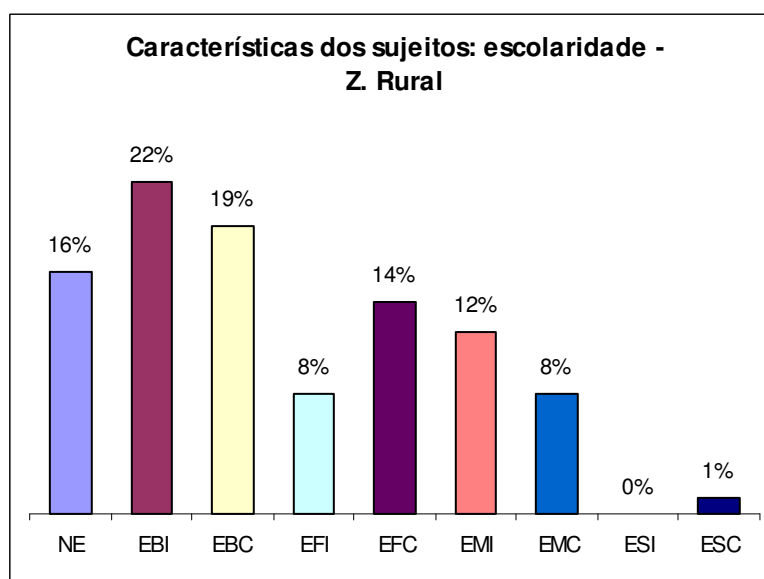


Gráfico 4.16 (B): Características do sujeito-comunidade (Z. Rural): grau de escolaridade.

Caracterizado o sujeito-comunidade participante da pesquisa, seguem os resultados dos questionários aplicados, divididos em Zona Urbana e Zona Rural e suas respectivas análises.

As três primeiras questões do questionário tinham por objetivo levantar o grau de conhecimento que a população tem da ETL e seus resultados estão reunidos em um único gráfico para cada zona, urbana e rural.

Questões:

- 1) Você já ouviu falar da Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge?
- 2) Você já sabia que lá funciona uma Escola?
- 3) Você sabe quais os cursos ela oferece?

Respostas:

Na zona urbana, gráfico 4.17 (A), 100% dos participantes já ouviram falar da ETL e sabiam que lá funcionava uma escola, porém, somente 57% souberam dizer todos os cursos oferecidos pela mesma. Este valor é pouco representativo e revela que, mesmo a ETL sendo uma instituição que chama a atenção por sua estrutura física, como declarou um dos participantes: *“Aquele prédio bonito? Já ouvi falar e passo em frente sim, mas nunca entrei lá não.”* (MRS), e por suas atividades, o conhecimento da comunidade com relação a ela mostrava-se superficial. *“Meu filho pretende estudar lá, mas não sabe o que tem.”* (MAR)

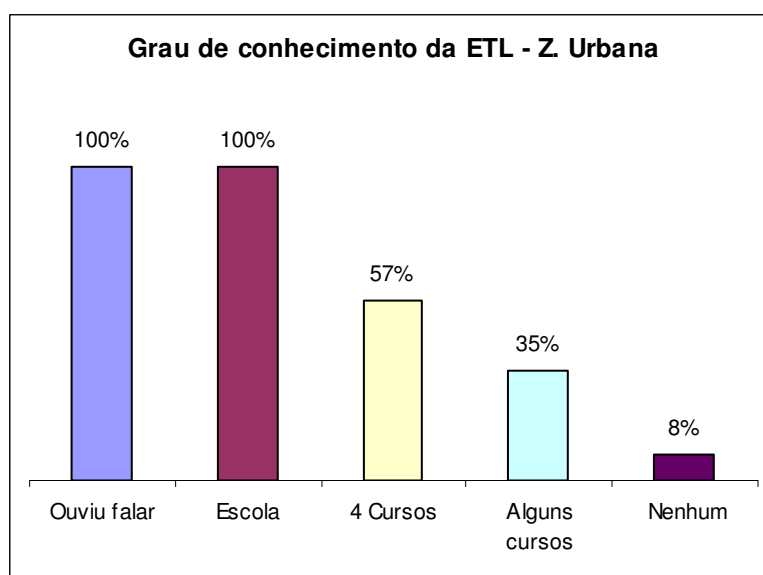


Gráfico 4.17 (A): Grau de conhecimento da ETL por parte do sujeito-comunidade (Z. Urbana).

Com relação à zona rural, gráfico 4.17 (B), principal alvo da instituição, a situação é um pouco diferente. Comparado com o resultado da zona urbana, pode-se dizer que é um resultado bastante positivo que 94% dos participantes já tenham ouvido falar e saber que ETL é uma instituição educacional, embora, a maior parte, 37%, não conheça os cursos que são oferecidos por ela. Por outro lado, 30% da zona rural conhecer os quatro cursos, contra 57% da zona urbana, é um valor considerável. Além disso, representam praticamente a mesma porcentagem os que conhecem pelo menos algum curso da ETL.

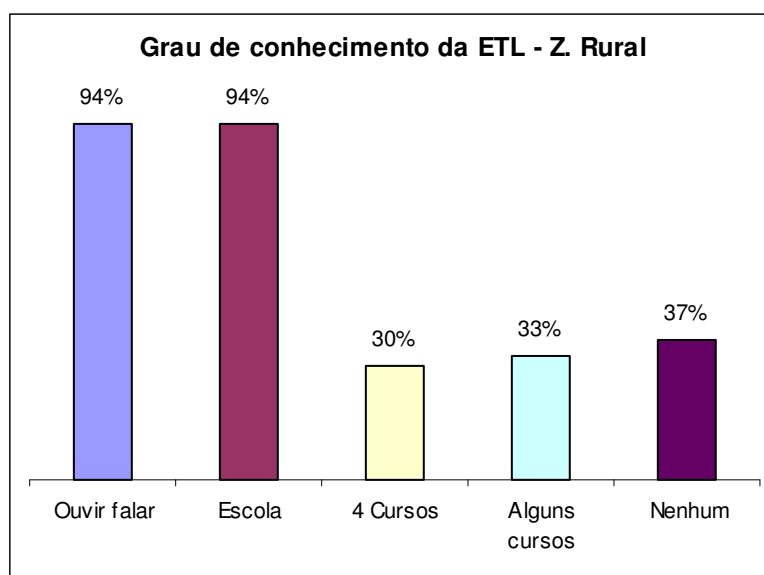


Gráfico 4.17 (B): Grau de conhecimento da ETL por parte do sujeito-comunidade (Z. Rural)

As duas questões seguintes do questionário visavam levantar qual o grau de relacionamento das famílias com a ETL, ou seja, que família tinha alguém estudando ou trabalhando direta ou indiretamente, oferecendo serviços, seja para a ETL ou para a Fundação Roge.

Questões:

- 4) Possui alguém na família que “trabalha” na ou para a Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge?
- 5) Possui alguém na família que estuda na Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge?

Respostas:

A ETL vem interferindo no dia-a-dia das famílias, tanto da zona urbana como da zona rural, conforme os gráficos 4.18 (A) e 4.18 (B), mesmo que estes não retratem, quantitativamente, o real valor desta interferência, visto que há famílias que moram na zona rural e possuem parentes da zona urbana que trabalham ou estudam na ETL ou vice-versa. Por outro lado, embora não fosse o objetivo destas perguntas, alguns participantes declararam que, mesmo não tendo alguém da família estudando ou trabalhando na ETL, participam de alguns eventos, como festas e *cine club*, que ela oferece.

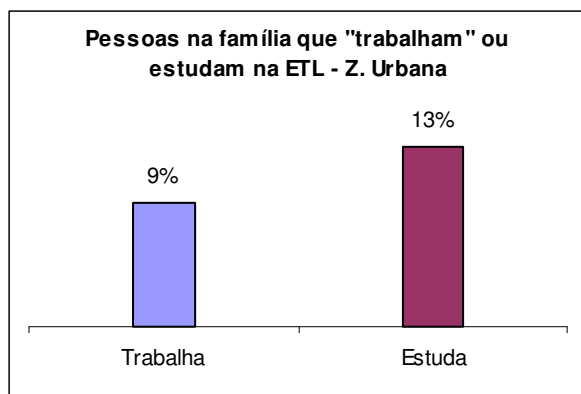


Gráfico 4.18 (A): Porcentagem de famílias participantes da pesquisa que possuem alguém que “trabalha” ou estuda na ETL – Z. Urbana

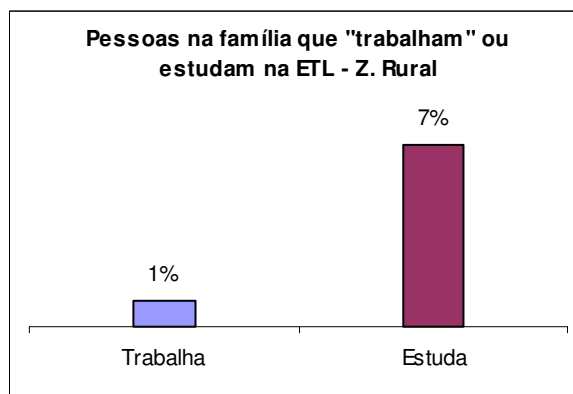


Gráfico 4.18 (B): Porcentagem de famílias participantes da pesquisa que possuem alguém que “trabalha” ou estuda na ETL – Z. Rural

A questão seis do questionário aplicado, saindo do âmbito das interferências familiares, visava identificar as mudanças no município provocadas pela ETL percebidas pela comunidade. Nesta questão, houve a possibilidade de destacar pontos positivos e negativos destas mudanças.

Questão:

- 6) Você e seus familiares percebem e comentam algumas mudanças no município provocadas pela Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge? Qual(ais) você considera positiva e qual(ais) negativa?

Respostas:

Aqui as respostas foram divididas em duas partes, a primeira para verificar qual a porcentagem das populações da zona urbana e rural que relataram mudanças positivas e negativas e, na segunda, quais foram estas mudanças.

Era de se esperar que, por causa do contato maior da população da zona urbana com a ETL, as mudanças percebidas por esta parcela da comunidade fosse maior, tanto positiva como negativamente, de acordo com os gráficos 4.18 (A) e 4.18 (B).

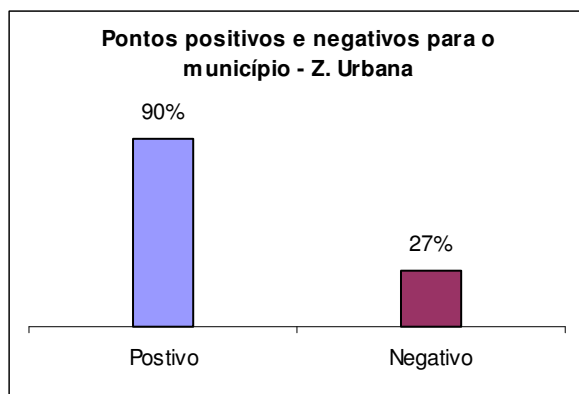


Gráfico 4.19 (A): Porcentagem da população que relataram pontos positivo e negativo nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira – Z. Urbana

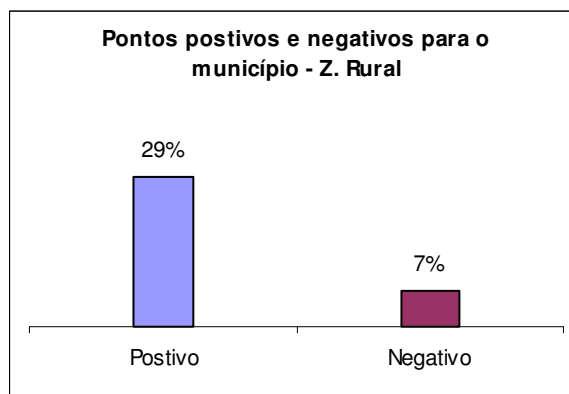


Gráfico 4.19 (B): Porcentagem da população que relataram pontos positivo e negativo nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira – Z. Rural

Os pontos positivos diferem-se apenas na quantidade de vezes em que foram citados, gráfico 4.20 (A) e 4.20 (B). Embora a população urbana seja bem menor que a rural, devido à proximidade eles percebem, sentem e desfrutam mais das mudanças provocadas pela ETL no município. Entretanto, o distanciamento não impede por completo que a população rural as percebam também.

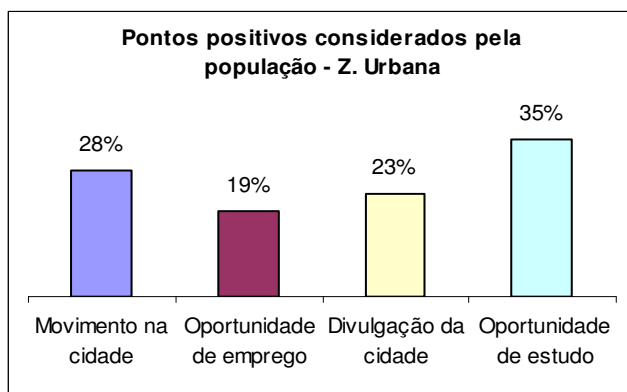


Gráfico 4.20 (A): Pontos positivos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Urbana

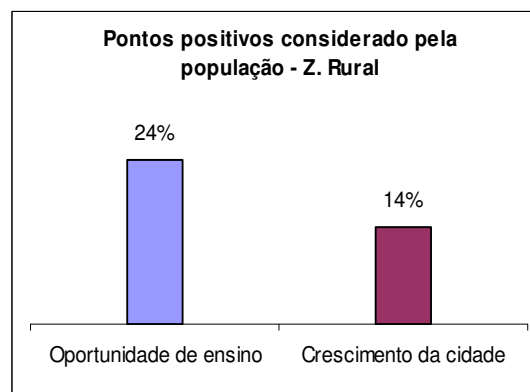


Gráfico 4.20 (B): Pontos positivos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Rural

Com relação os pontos negativos, além dos valores, há diferenças também na percepção por parte da população urbana e rural, gráfico 4.21 (A) e 4.21 (B). Os pontos negativos relatados pela população urbana estão ligados ao movimento, chegada dos alunos na cidade, na grande maioria adolescentes. Como os alunos vêm morar na cidade porque a ETL exige dedicação integral e o ensino é diurno, a população urbana nestes últimos anos

vem percebendo um maior movimento por conta das pensões e repúblicas, o que estes classificam como “bagunça” (festas, movimento na rua até altas horas, etc.), além do maior consumo e uso de drogas (bebidas, cigarro, etc.). Além disso, somados aos “problemas” sociais, há os econômicos: a demanda por moradia tem elevado demais os preços dos aluguéis, elevando o custo de vida na cidade.

A percepção de pontos negativos pela população rural, pode-se dizer, não diz respeito às mudanças provocadas no município, mas sim as dificuldades que eles encontram para desfrutar da oportunidade que vêm na ETL (escassez de transporte entre a zona urbana e rural e falta de dinheiro para manter o filho estudando na cidade). Esta dificuldade reside no fato de haver bairro na zona rural que fica há 30 km do centro da cidade.

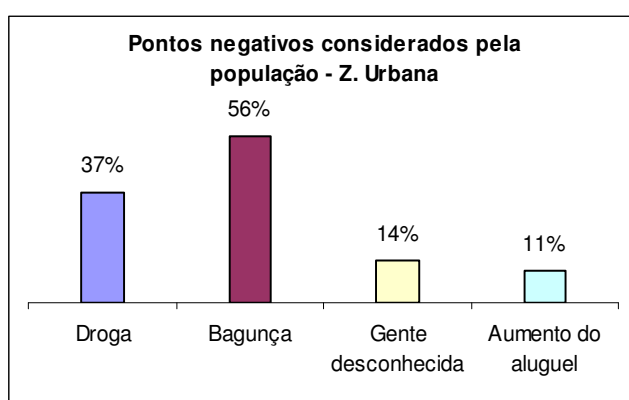


Gráfico 4.21 (A): Pontos negativos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Urbana

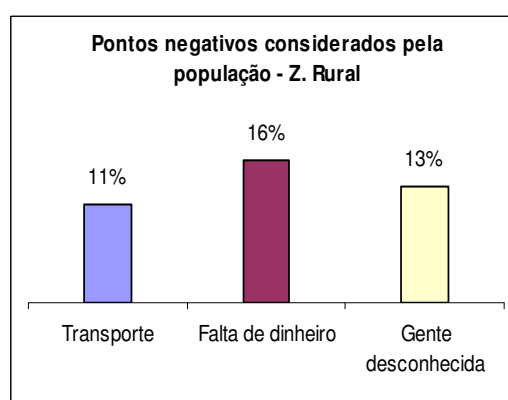


Gráfico 4.21 (B): Pontos negativos nas mudanças provocadas pela ETL no município de Delfim Moreira considerados pela população – Z. Rural

Por último, as questões sete e oito abordavam as expectativas criadas, atendidas e futuras, da população de Delfim Moreira para com a ETL.

Questões:

- 7) Você e seus familiares tinham alguma(s) expectativa(s) com relação à Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge? Foram atendidas ou não?
- 8) Quais expectativas você e seus familiares têm com relação à Escola Técnica LIMASSIS – Fundação Roge?

Respostas:

Sobre as expectativas criadas desde a criação da ETL até o momento da pesquisa, gráficos 4.22 (A) e 4.22 (B), é interessante perceber que, mesmo na zona urbana, uma grande

parcela dos participantes (42%) declararam não ter criado expectativa nenhuma e a principal justificativa, no momento em que respondiam ao questionário, foi o fato de o empreendimento se tratar de uma escola. Mesmo havendo uma espera por algo novo, pois há tempo não acontecia nada de diferente em Delfim Moreira, criar uma escola, a princípio, não parecia ser algo que pudesse mudar, mexer com a cidade. Com relação aos moradores da zona rural (81%), o que mais justifica esta ausência de expectativa é o distanciamento, é difícil para eles ver uma escola sendo criada no centro da cidade e esperar que isto venha interferir no seu dia-a-dia.

As expectativas declaradas não atendidas, por parte da população da zona urbana, estão relacionadas à espera por cursos diferentes, não só voltados para a questão do campo, mas da indústria e da saúde, e a não criação de tantas oportunidades de emprego. Ao ponto de um participante dizer: *“Preferia que tivesse vindo uma indústria, pelo menos a gente teria mais emprego.”* Depoimentos como estes revelam a forma de pensar, não só de moradores de Delfim Moreira, como de muitos brasileiros, que o desenvolvimento, o crescimento é garantido quando se tem oferta de trabalho e não na educação, talvez porque um processo lento, porém mais efetivo. Na zona rural, o não atendimento está relacionado a dificuldade de acesso e de desfrute do novo empreendimento, como disse um dos sujeitos da pesquisa: *“A gente ouvi que a escola é boa, mas estudar lá é difícil pra nós que moramos tão longe”*. Mesmo assim, algumas expectativas, como oportunidade de estudo, principalmente para os filhos, de emprego, de crescimento e mudanças para a cidade, foram criadas e atendidas, tanto na zona urbana como na rural e em alguns casos até superadas: *“Há mais de 50 anos que não acontecia nada nesta cidade, a escola trouxe vida e esperança para a cidade.”*

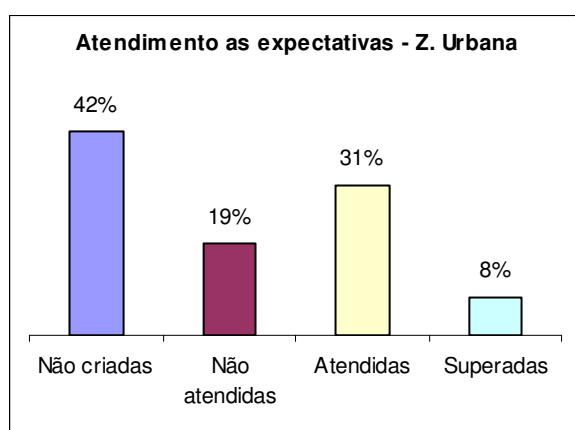


Gráfico 4.22 (A): Expectativas criadas com relação a ETL e grau de atendimento das mesmas – Z. Urbana

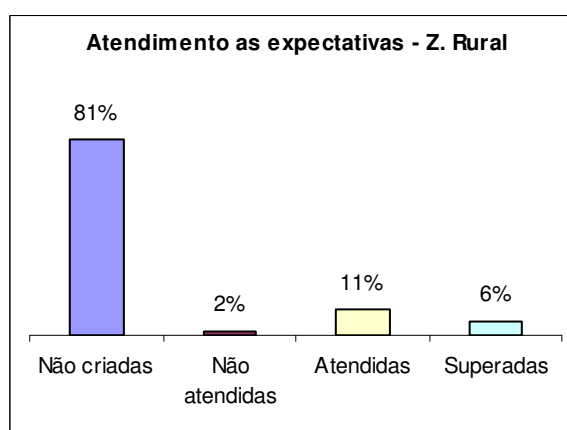


Gráfico 4.22 (B): Expectativas criadas com relação a ETL e grau de atendimento das mesmas – Z. Rural

Com a ETL tendo sido criada e estando em funcionamento há já quatro anos completos, com duas turmas formadas, uma mudança até mesmo nas expectativas da comunidade é percebida, gráficos 4.23 (A) e 4.23 (B). Embora ainda haja alguns moradores que preferem não criar expectativas, mesmo na zona urbana, este valor caiu bastante, de 41% para 24% neste período de existência da ETL, acontecendo o mesmo em proporções diferentes na zona rural, de 81% para 72%. Talvez, uma justificativa esteja no fato de haver moradores da cidade que realmente não têm interesse no que a escola tem para oferecer, o que é perfeitamente comum, visto que as pessoas são diferentes e têm outros anseios também.

Por outro lado, as expectativas criadas visam, na maioria, o crescimento da ETL, criação de novos cursos e a transformação da mesma em uma faculdade, num total de 66%, isto na zona urbana. Na zona rural, a maior expectativa está na esperança dos moradores de que seus filhos venham estudar na escola (14%). E ambas as zonas, urbana e rural, esperam que com a escola cresça, atraindo pessoas, divulgando o nome da cidade, que Delfim Moreira possa crescer.

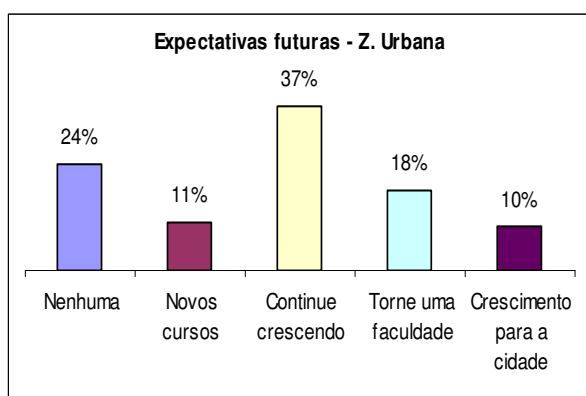


Gráfico 4.23 (A): Expectativas futuras criadas pela população quanto a ETL – Z. Urbana

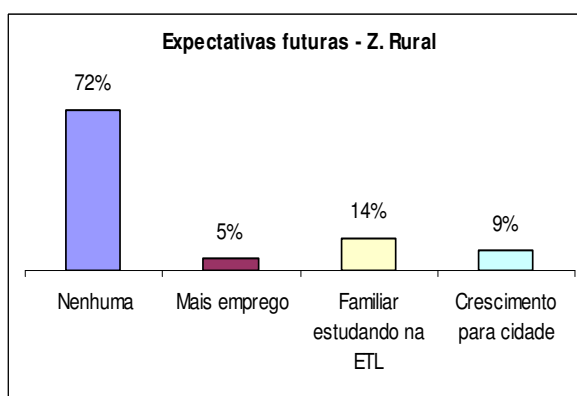


Gráfico 4.23 (B): Expectativas futuras criadas pela população quanto a ETL – Z. Rural

Estes dados permitem a leitura de que realmente a ETL vem modificando, interferindo, mesmo que em graus diferentes, tanto na zona urbana como na zona rural do município de Delfim Moreira. Mudanças estas que podem ser observadas no dia-a-dia de algumas famílias (filhos, parentes estudando ou trabalhando na instituição), nos estabelecimentos comerciais (novos produtos e serviços oferecidos, novas contratações, novos horários de funcionamento) e em todo o município (maior movimento pelas ruas, eventos, festas, mais construções, maior oportunidade de trabalho). E com isto, a ETL sendo ainda nova, tem pela frente grandes oportunidades, bem como alta responsabilidade de gerir com

consciência seu papel, conduzindo o município de Delfim Moreira, juntamente com seus moradores e o poder público ao desenvolvimento. Aqui, desenvolvimento não como simples sinônimo de crescimento e aumento estatístico, mas desenvolvimento que traga consigo oportunidades, qualidade de vida, porque baseado nas necessidades e desejos, no respeito à cultura, ao tempo e espaço da comunidade local.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises dos resultados surge a necessidade, em alguns casos, de se buscar e efetuar novas leituras visando clarear algumas idéias, solidificar alguns conceitos. Sendo assim, algumas reflexões cabem melhor nas conclusões ou considerações, pois além de permitir um acompanhamento mais real do desenvolvimento do trabalho, estas passam a fazer mais sentido, tanto para o pesquisador como para o leitor. Desta forma, seguem as considerações entremeadas por algumas reflexões teóricas.

Educação, cultura, desenvolvimento e gestão são temas amplos no tempo, na história e na abrangência, além de dinâmicos, por si e entre si. Ao mesmo tempo, é um exercício muito interessante e prazeroso, haja vista que, no fim, todo o trabalho desenvolvido veio a contribuir para a comprovação desta conexão proposta e suspeitada inicialmente. Por outro lado, não seria desmerecido nenhum esforço em caso contrário, pois uma pesquisa não é feita somente de resultados positivos, não é validada somente por seus dados, mas sim por seu todo. Uma pesquisa começa a ser, a existir desde o momento em que está sendo concebida, ainda que sem forma definida no pensar e questionar solitários do pesquisador e começa a ser forjada nas primeiras conversas entre aqueles que comungam do mesmo desejo de vê-la se tornando real. A partir daí, inicia-se uma seqüência de necessidades e de cuidados que a própria pesquisa vai exigindo durante seu desenvolvimento até tornar-se pronta para ser concebida, não porque finalizada, totalmente acabada, mas porque pronta para tornar-se pública, avaliada, questionada e madura suficiente para gerar novos anseios e inquietudes nos próprios “genitores” ou em outros que irão se sentir atraídos pela prática envolvente da pesquisa.

Uma forma de conduzir estes temas, não só nestas considerações, mas principalmente na prática, é usar do pensamento complexo, que segundo Morin (1990), tem como desafio exercer um pensamento capaz de tratar o real, de dialogar e de negociar com ele. Neste contexto, torna-se possível pensar na gestão como elo unificador entre educação, cultura (cultura popular) e desenvolvimento. Pois, o pensamento complexo, ao contrário do pensamento simplificador que desintegra a complexidade do real, integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as conseqüências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e, finalmente, ilusórias de uma simplificação que se toma pelo reflexo do que há de real na realidade. (MORIN, 1990)

Considerando que o pensamento complexo compartilha da ambição de dar articulações entre domínios disciplinares, a partir deste pode-se tomar a gestão escolar como forma de garantir que não só a ETL, mas toda instituição educacional, alcance, dentre outros, seu

objetivo de promover, a princípio, o desenvolvimento local, resguardando o cuidado de se basear-se na cultura local, atendendo e respeitando os anseios e necessidades da comunidade onde está inserida. Porém é mister o reconhecimento, a concepção da situação atual no objetivo de se estabelecer um ponto de partida para uma estratégia de mudança consciente, fundamentada, elaborada, opondo-se à um programa que é uma seqüência de ações pre-determinadas que devem funcionar nas circunstâncias que permitem o seu cumprimento. Caso contrário pára ou fracassa Morin (1990). A estratégia traz consigo a necessidade de um pensamento aberto, de uma visão maleável.

A gestão escolar deve ser vista ao mesmo tempo como um sistema fechado e aberto, mesmo que soe estranha esta aparente ambigüidade. A gestão deve ser fechada a fim de manter suas estruturas e o seu interior; mas, por outro lado, deve conseguir este fecho a partir de sua abertura, garantindo um dinamismo estabilizado (MORIN, 1990) através de trocas com o exterior, aqui representado pela comunidade em todos os seus setores, com sua cultura, atentando para suas aberturas e fechamentos, o que pede por inovação e conservação, respectivamente. Assim, ao considerar a gestão um sistema fechado, atribui-se a ela pouca individualidade, um sistema que não tem trocas com o exterior e está em muito pobres relações com o meio.

Outra contribuição do pensamento complexo, a compreensão e prática da gestão escolar, reside no fato daquele permitir em seu enunciado (Pascal apud Morin, 1990) que todas as coisas são causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, que todas se mantêm por um elo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diversas. Além disso afirmar, sem eliminar a contradição interior, ou seja, que verdades profundas e antagônicas podem ser complementares sem deixarem de ser antagônicas, Morin (1990).

Neste trabalho, quando abordada a gestão escolar, refere-se não só ao fato da escola possuir meios de garantir a qualidade do ensino pensando e repensando no quadro curricular, ensino/aprendizagem, calendário escolar, métodos avaliativos, suas relações internas (professor/aluno, professor/secretaria, professor/coordenação), mas sim e também, levantar, analisar e, principalmente, propor mudanças referentes ao seu papel na comunidade onde está inserida.

Desta forma, muitas organizações têm se articulado e respaldado suas ações de forma a criar uma imagem de empresas socialmente responsáveis. Já em uma instituição educacional, cujo objetivo principal é trabalhar o humano, formando pessoas e cidadãos, a responsabilidade social não é só um objetivo, é um pré-requisito para sua existência. Neste caso, a responsabilidade social vai além da garantia de um ensino de qualidade, da garantia de

formação. No caso da ETL, sujeito deste estudo, é necessária a formação de um profissional tecnicamente apto a entrar no mercado de trabalho. A responsabilidade social de uma instituição educacional deve ser gestada no sentido de valorizar a cultura local, atender as necessidades e demandas da população, promover desenvolvimento, procurando conhecer, observar e respeitar os limites impostos pela comunidade. Daí a necessidade da avaliação no sentido de processo, acompanhando os seus propósitos e efeitos interna e externamente à própria organização educacional.

Neste contexto, a ETL surge como resultado da responsabilidade social da empresa Distribuidora Roge S/A, que propõe criar em Delfim Moreira, cidade natal de um dos sócios, uma escola para oferecer cursos voltados às necessidades rurais, característica predominante do município e da região e, ensino gratuito, considerando as dificuldades de muitos em dar continuidade nos estudos devido à falta de opção, em alguns casos, e de recursos, em outros. Assim, a responsabilidade social apresenta duplo sentido para a ETL, além de ser fruto de uma ação socialmente responsável de uma empresa, ao mesmo tempo, sendo uma instituição educacional, existe para a comunidade.

A partir de 1990, a visão social começou a ganhar maior ênfase nas decisões gerenciais das organizações, levando-as a estabelecer de forma mais freqüente, práticas de Responsabilidade Social (POSSAMAI & PONTES, 2002).. Já, no mundo, o início da responsabilidade social se dá em 1.899, com Andrew Carnegie, que publicou o livro O Evangelho da Riqueza, estabelecendo a abordagem clássica da responsabilidade social que se baseava nos princípios da caridade e da custódia (LOURENÇO, 2002). Entretanto, no Brasil, este tema começa a ser discutido nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que tinha por princípio que a empresas, além de produzir bens e serviços, possui a função social para com seus funcionários e a comunidade. Segundo a mesma fonte, em 1.984 ocorreu a publicação do primeiro balanço social de uma empresa brasileira e, na década de 90, através da ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão, a responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso no país.

Em 1993, além de várias empresas de diferentes setores passarem a divulgar o balanço social anualmente, o sociólogo Hebert de Souza (Betinho) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançam a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, ficando como marco da aproximação dos empresários com as ações sociais. Um outro marco da história da responsabilidade social no cenário brasileiro é a fundação, em 1998, por Oded Grajew, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade

Social, com o objetivo de disseminar a prática social através de publicações, experiências vivenciadas, programas e eventos, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável baseado na ética, princípios e valores. (ibid, 2002).

DAFT em 1999, define responsabilidade social como: “(...) a obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização” (DAFT apud. LOURENÇO, 2002).

Para Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, responsabilidade social é: “(...) a atitude ética da empresa em todas as suas atividades. Diz respeito às interações da empresa com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, governo, concorrentes, meio ambiente e comunidade. Os preceitos da responsabilidade social podem balizar, inclusive, todas as atividades políticas empresariais.” (LOURENÇO, 2002)

A responsabilidade social da empresa não se restringe somente aos resultados e decisões alcançados pelos sócios e acionistas, e sim abrange os impactos das atividades da empresa considerando todos os agentes sociais que interage com a empresa, ou seja, os *stakeholders* (COSTA apud. POSSAMAI & PONTES, 2002).

Segundo MELO NETO & FROES (2001), a responsabilidade social é o grande instrumento das empresas para promover o desenvolvimento social e conseqüentemente o desenvolvimento sustentável (POSSAMAI & PONTES, 2002).

A responsabilidade social para é a obrigação que a empresa assume com a sociedade. Ser socialmente responsável implica maximizar os efeitos positivos sobre a sociedade e minimizar os negativos (POSSAMAI & PONTES, 2002).

Partindo-se das definições, quatro tipos de responsabilidade social são apresentados de acordo com o modelo piramidal de 1979 de Archie Carrol, largamente utilizado por vários autores. Este modelo ordena, da base para o topo, as responsabilidades em função de sua magnitude relativa e da frequência dentro da qual os gerentes lidam com cada aspecto. (DAFT apud. LOURENÇO, 2002)

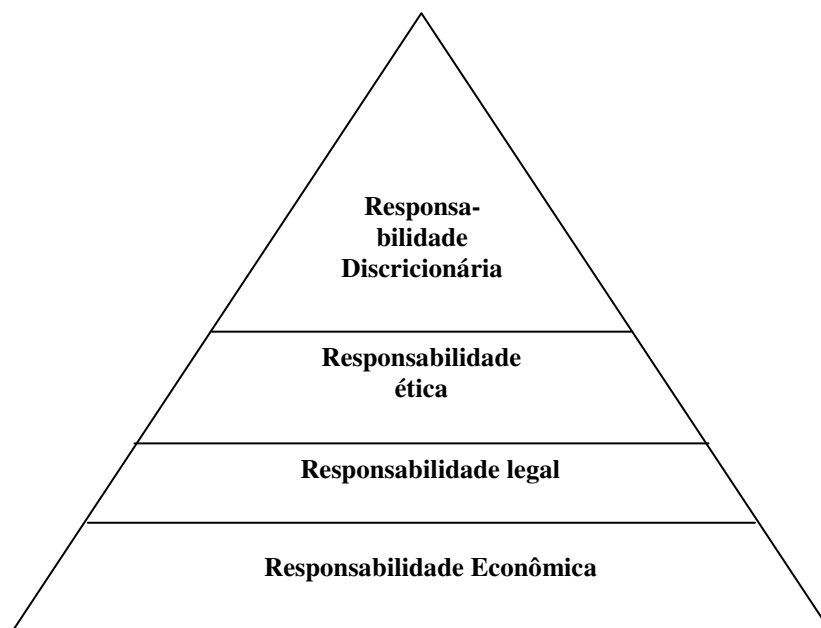


Figura 5.1: Tipos de responsabilidade social - modelo piramidal de 1979 de Archie Carrol (LOURENÇO, 2002)

- **Responsabilidade econômica:** o principal tipo de responsabilidade social encontrada nas empresas, sendo os lucros a maior razão pela qual as empresas existem (DAFT In. LOURENÇO, 2002);
- **Responsabilidade legal:** vem logo em seguida porque espera-se que as empresas atendam às metas econômicas dentro da estrutura legal e das exigências legais, que são impostas pelos conselhos locais da cidades, assembleias legislativas estaduais e agências de regulamentação do governo federal (DAFT In. LOURENÇO, 2002) ;
- **Responsabilidade ética:** inclui comportamentos ou atividades que a sociedade espera das empresas, mas que não são necessariamente codificados na lei e podem não servir ao interesses econômicos diretos da empresa (DAFT In. LOURENÇO, 2002),
- **Responsabilidade discricionária ou filantrópica:** é puramente voluntária e orientada pelo desejo da empresa em fazer uma contribuição social não imposta pela economia, pela lei ou pela ética. (DAFT In. LOURENÇO, 2002)

Considerando a pirâmide de Archie Carrol, a ETL surge como resultado de uma responsabilidade discricionária ou filantrópica da Distribuidora Roge S/A. no município de Delfim Moreira. Como toda atividade que é resultado de uma ação socialmente responsável de uma organização, o propósito principal e, porque não, único, é promover o bem, principalmente para a comunidade. Porém, como visto nos resultados deste trabalho, por melhor que seja a intenção, alguns pontos negativos sempre serão levantados; por isso, os

responsáveis pelo empreendimento e os que o administram devem estar o tempo todo atentos à “reação”, à resposta, ao parecer da comunidade.

No estudo de caso presente, interferências e mudanças podem ser sentidas e provocadas pela ETL no município. As interferências no sentido comunidade/instituição são menores do que as no sentido instituição/comunidade e, mesmo dentro destas, algumas, com o pouco tempo de existência da escola, já se revelam mais claramente do que outras. Separar o que é interferência da escola sobre a comunidade e vice-versa é uma tarefa que, dependendo dos aspectos selecionados, pode ser simples ou complexa, pois em algumas situações há interferências mútuas. Neste sentido as considerações aqui realizadas serão divididas para facilitar a compreensão e melhor aproveitamento desta discussão.

5.1 - Externo (comunidade) interferindo no interno (escola)

Uma escola deve analisar sempre a necessidade da comunidade, principalmente quando se trata de uma escola técnica, cujo objetivo, dentre outros, é oferecer opção de profissão. Nesse sentido, os cursos hoje oferecidos pela ETL (Técnico em Agrícola, em Meio Ambiente e Agroenergia, em Pecuária e em Turismo Rural) devem ter surgidos de um levantamento feito junto à comunidade local, objetivando atender suas necessidades e interesses.

A ETL, por estar inserida em Delfim Moreira, um município pequeno com características predominantemente rurais, sente muita a interferência deste, pois a proximidade com a comunidade local é grande. Por conta disso, muitas destas interferências influenciam até mesmo no crescimento e desenvolvimento da instituição, pois mesmo o ensino sendo oferecido gratuitamente, esta deve se adaptar as condições locais.

“Independente da escola sofrer uma maior ou menor interferência do meio onde esta se insere, ela tem por dever, procurar conhecer a cultura local e levantar as necessidades, pois independente de ser mantida com o dinheiro do aluno ou não, uma escola só existe por causa e com alunos.” (MGS – Coordenadora Pedagógica da ETL)

Além dos cursos, a comunidade também é quem vai definir junto com a escola os tipos de eventos que serão realizados por esta pois, atenta a estes detalhes, a escola conseguirá atrair para dentro do seu espaço a comunidade e poderá, desta forma, se revelar a mesma. Cria-se assim um canal de aproximação por onde poderá cumprir seu papel de

responsabilidade social, buscando e valorizando as atividades e realizações locais para atrair a comunidade. A ETL, a partir daí, terá a possibilidade de expor suas propostas e o que tem a oferecer a mesma.

“A fundação Roge (ETL) trouxe muita coisa legal para a cidade, eu gosto de ir nas festas e na semana técnica que tem todo ano, eles ensinam um monte de coisas.” (JPC)

5.2 - Interno (escola) interferindo no externo (comunidade)

Uma escola, independentemente do nível de ensino proposto, por si só, ao formar, acima de tudo, cidadãos, já está interferindo no mundo pessoal de cada aluno, conseqüentemente, em sua família, grupo de amigos, comunidade local e até mesmo na comunidade global. Porém, no local as mudanças são mais perceptíveis, porque o local é definido, conforme Pinto (2005), como a comunidade de base, raízes, não significando apenas espaço; e a educação atua na noção de identidade, seja afirmando diferenças, descobrindo os fundamentos da sua cultura ou reforçando a solidariedade do grupo. Esta interferência espera-se ser consciente em qualquer instituição educacional, até porque precisa ser trabalhada da melhor forma possível pela mesma.

No caso da ETL, as suas interferências diretas na comunidade ficam mais claras ainda quando retomados os resultados apresentados anteriormente e considerando a proposta da mesma. A ETL surge atraindo pessoas da zona urbana e rural, que é distante, do próprio município e, também, das cidades vizinhas, tanto do estado de Minas Gerais, como do estado de São Paulo. A quantidade de alunos atraídos somadas à necessidade de se residir na cidade, pois os cursos são oferecidos em período integral, começam a exigir mudanças na cidade que, em muitos casos, não apresenta infra-estrutura para atender as demandas dos alunos.

É a partir desta realidade que se começa a perceber as mudanças mais evidentes e detectadas neste trabalho. É a escola determinando e conduzindo mudanças na cidade. A demanda dos alunos por moradia leva moradores da cidade a modificarem suas residências, alguns as transformando em pensões, outros construindo casas de aluguel, ao mesmo tempo em que determina o valor dos imóveis e aluguéis. Com isso, aqueles que vivem de aluguel começam a perceber a desvantagem e os proprietários as vantagens por terem aumento em suas rendas. Conseqüentemente, o comércio local começa a perceber as mudanças não só por conta dos novos “consumidores”, como também pelo maior poder aquisitivo da população local. Este fenômeno vai se acentuando à medida em que há geração de mais emprego

impulsionada pelo aumento do movimento no comércio já existente, mudanças nos horários de funcionamento e em que novos comércios vão sendo criados (Lan House, papelarias, pensões) visando atender às demandas e necessidades de novos produtos e serviços pelo mercado. Paralelamente, junto com as mudanças positivas, começa-se a ter também aumento nos riscos, como por exemplo, aumento na inadimplência.

Por outro lado, a escola também tem suas imposições, como vestuário (uniforme) dos alunos, comportamento dos alunos fora da escola, promovendo até mesmo interferências na vida pessoal, isto por estar em um município relativamente pequeno.

Além disso, a ETL interfere na cidade com alguns projetos como arborização, análise histórica, pesquisa junto à comunidade sobre assuntos trabalhados em sala de aula pelos diferentes cursos. Um outro exemplo de interferência da ETL é a feira realizada pela escola com a participação da comunidade, esta, em um ambiente fechado, retrata também um pouco da imposição da escola sobre o comportamento local, pois geralmente em cidades pequenas e rurais, as feiras são nas ruas. A escola revela, desta maneira, algumas das mudanças e quebras de paradigmas que está promovendo, de forma consciente ou não do seu papel no município.

Uma outra forma da escola interferir e modificar a cidade é se abrindo para a mesma, desta forma a ETL tem sempre seus espaços físicos utilizados por outras escolas, com o *cine club* que, antes funcionando com mais frequência, atraía a comunidade para dentro das suas dependências, na comemoração cívica do dia 7 de setembro, palestras de voltadas tanto para professores e alunos de outras escolas, como para toda comunidade, incluindo participantes do poder público, dentre outras atividades.

5.3 - Interferências mútuas: interno (escola) interferindo no externo (comunidade) e vice-versa

Algumas interferências são mais complexas, pois há situações em que é difícil separar quem conduz as interferências e quem as sofre, talvez porque se faz necessário assumir que ambos os papéis são desempenhados simultaneamente. Como é o caso dos cursos que a escola oferece, esta deve determinar que tipo de curso será bom para a comunidade ou a comunidade ditar que tipo de curso ela necessita ou quer? Considerando o estudo feito, tem-se o agravante de que quase sempre uma cidade, principalmente com características rurais e conservadoras, presa por sua cultura, tem algumas resistências em aceitar o novo, neste caso, a escola, tendo feito um estudo prévio e detectado a necessidade de mudanças deve buscar com cautela uma forma de mostrar o lado positivo, conquistando aceitação. Ao mesmo tempo,

a comunidade deve realmente ter respeitada sua cultura, identidade e exigir isto. Esta discussão, sendo feita, levará a uma tomada de decisão que favorecerá os dois lados, escola e comunidade, e a educação terá seu papel cumprido com maior eficiência, ou seja, promoverá a formação de cidadãos, garantindo o desenvolvimento pessoal e coletivo, conservando e inserindo o novo de forma coerente.

A questão acima, pode-se dizer, irá culminar na discussão séria e de peso dentro da educação, que é a construção do currículo. O currículo, seja o formal (plano e propostas) ou o oculto (regras e normas não explicitadas, porém vividas, principalmente em salas de aula), embora tenha como principais autores professores e alunos, porque ganha vida mesmo no cotidiano escolar e na ação das pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, reforçando seu caráter dinâmico (PINTO, 2005), também traz em seu bojo características de toda uma comunidade, pois é nela, muito antes da escola, que o aluno começa sua formação como cidadão.

Pode-se afirmar com certeza, neste sentido, que o currículo da ETL é permeado pela cultura da cidade. Porém, ainda com relação à questão curricular, as mudanças dentro de uma escola são muito lentas, visto que hoje ainda temos os formatos das salas como de escola de séculos e séculos atrás. Assim, é possível afirmar que é muito pequena ainda, ou quase inexistente, a interferência da ETL no currículo, na cultura das outras escolas do município, e é praticamente imperceptível alguma alteração efetiva neste sentido.

É a partir deste momento de reflexão e elaboração curricular que a escola passa a distinguir o que nela faz parte da cultura escolar e o que compõe sua própria cultura, a chamada cultura da escola. Segundo Pinto (2005), cultura da escola é uma particularidade da cultura escolar, é o modo como cada instituição se organiza, estabelecendo rituais e uma dinâmica cotidiana, sua identidade, o que inclui os diversos tipos de relação, interna (entre os diferentes seguimentos escolares) e a externa (com a comunidade a que a escola serve). Cultura da escola representa o modo de ser da mesma e, assim como toda forma de cultura, não é formada do dia para a noite e, muito menos, baseando-se apenas em históricos e relatos, mas em sua própria vivência e em suas experiências. Assim ela vai sendo forjada, esculpida sobre o que a escola escolheu, de forma democrática, com princípios que servirão de matéria-prima para esta escultura. Neste sentido, a escola deve estar atenta e ser capaz de perceber o quanto de sua cultura tem da cultura local e, ao mesmo tempo, estar ciente de quanto e como sua cultura também irá interferir na cultura do meio onde está inserida.

Finalizando estas considerações, fica evidente que a ETL, mesmo sendo nova, tem exercido um forte papel no município de Delfim Moreira com certo grau de consciência e, de início, com um saldo positivo em termo de interferências. Porém, a mesma tem um caminho longo e trabalhoso pela frente no sentido de continuar atuando de forma mais consciente possível, assegurando, entretanto, que seus objetivos e o da comunidade sejam alcançados de forma conjunta. Assim, a educação estará sendo exercida na sua plenitude, formando pessoas, promovendo mudanças (necessárias e exigidas) que levarão a um desenvolvimento justo e igualitário para a comunidade, preservando sua identidade.

“É preciso que a escola cuide de sua imagem, pois não é pelo fato de ser respeitada que a mesma será desejada. Isso só acontecerá, quando a escola estiver alinhada na direção e sentido da comunidade, de suas necessidades e desejos.” (MGS – Coordenadora Pedagógica da ETL)

Por fim, sem investir e valorizar a educação, é muito provável o insucesso em todos os esforços e propostas do setor privado e/ou público visando o desenvolvimento e, principalmente, o desenvolvimento rural, como por exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a proposta de Arranjos Produtivos Locais (APLs) pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

CAPÍTULO 6 - ENCAMINHAMENTOS

Seguem alguns encaminhamentos possíveis observados no decorrer da elaboração desta pesquisa. Encaminhamento estes, voltados para os sujeitos desta pesquisa, sujeito-instituição (Escola Técnica LIMASSIS) e sujeito-comunidade (município de Delfim Moreira), além de alguns para a academia, sem a qual, estas discussões não seriam despertadas e respaldadas no momento de sua concretização.

Para a Escola Técnica LIMASSIS

Que a ETL, baseada nestes resultados, possa fazer uma auto-análise sobre a verdadeira consciência do seu papel no município e, posteriormente, após julgá-los, compará-los com suas propostas e buscar, cada vez mais, um alinhamento com as propostas do município, representado por suas diversas parcelas: comerciantes, poder público e comunidade em geral. E, após esta etapa analítica, criar meios e métodos de acompanhar de perto as futuras mudanças que serão provocadas por ela ou não e desejadas ou não pelo município, a fim de garantir um alinhamento constante com a produção cultural local, porém dinâmico e concreto, a partir de uma gestão sólida e, ao mesmo tempo, aberta. Para tal, efetuar planejamento participativo para incorporar as vozes dos habitantes da cidade e da região, rediscutir e avaliar sempre a formação profissional e cidadã em questão e buscar sempre melhorar mecanismos de comunicação com a comunidade.

Para o município de Delfim Moreira

Da mesma forma, ao município, representado pela(s) pessoa(s) a quem compete esta função, estando a par do projeto e das propostas da ETL e da Fundação Roge, cabe analisar e apoiar as atividades que forem de interesse de toda a comunidade. Da mesma forma, é necessário fornecer para a ETL informações necessárias para que a mesma possa direcionar suas ações de forma alinhada com as necessidades e desejos do município. E mais, não só informações, como estruturas que possam somar ao trabalho e esforço da ETL. No que se refere ao PME, que na revisão, ato que já vem sendo desenvolvido pelo município, seja dada atenção especial à questão da educação profissional.

Para a academia

À academia, conforme o ocorrido neste trabalho, que ela procure se aprofundar neste universo educação-comunidade, subsidiada por metodologias existentes e possíveis de serem criadas, garantido sempre maior eficiência do processo de formação de pessoas, que também é seu principal objetivo. Que ao apoiar, incentivar e desenvolver pesquisas, inclusive em educação, que a mesma aprimore e/ou crie metodologias e ferramentas de gestão estratégica e da qualidade para o aprimoramento da ação educacional, ao mesmo tempo em que as aplique em seu contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. IPEA, 2000.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. *Psicologia social e formas de vida rural no Brasil*. Pis.: Teor. E Pesq. [online]. Jan./abr. 2002, vol. 18, no. 1 [citado 26 Maio 2005], p.37-42.
- ANDREWS, K. R. *The Concept of Corporate Strategy*. Ed. revisada (Copyright de Richard D. Irwin, Inc., 1980).
- ASSIS, G. R. & LIMA, C. R. C. *A semente para um futuro melhor*. Prêmio ECO – Câmara Americana de Comércio de São Paulo. Delfim Moreira: ETL, 2004.
- BANDEIRA, M. L.; GONÇALVES, C. A.; VEIGA, R. T.; HUERTAS, M. K. Z. *Avaliação da qualidade da pós-graduação: construção e validação de um instrumento de pesquisa*. BALAS - Latin America's New Millennium - Proceedings - 1999. p. 48-56.
- BRASIL. *Constituição do Federal – 1988*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico*. Brasília: MEC/SEMT: 2000.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAUI, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 1990.

CORREA, H. L. *A história da gestão de produção e operações*. EAESP/FGV/NPP - Núcleo de pesquisas e publicações. Relatório de pesquisa N° 17/2003.

COSTA, F. J. & BATISTA, P. C. S. *Orientações estratégicas para o setor escola privado de Fortaleza*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXIII. Ouro Preto, 2003.

EMATER. Empresa de assistência técnica extensão rural. Relatório anual. *Dados de realidade municipal*. Delfim Moreira, 2004.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *A gestão educacional na interseção das políticas federal e municipal*. Rev. Fac. Educ., jul./dic. 1998, vol.24, no.2, p.29-50. ISSN 0102-2555.

GUIMARÃES, A. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

HESELBEIN, F., COHEN, P. M. *De líder para líder*. São Paulo: Futura, 1999.

HITTI, S. M. G. & CARNEIRO, V. M. O. *A experiência do baú de leitura*. http://www.moc.org.br/pub_art.htm (acessado, 20/05/06)

HUNGER, J. D. & WHEELLEN, T. L. *Gestão Estratégica – princípios e práticas*. Reichmann & Affonso Editores, Rio de Janeiro, 2002, p. 3-9.

JAMES, A. C. & NARUS, J. A. *Business market management: understanding, creating, and delivering value*. New Jersey: Prentice-Hall, 1998.

LEI N.º 9.394/1996. *Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB)*.

LEI N.º 10.172/2001. *Plano Nacional de Educação (PNE)*.

- LOURENÇO, A. G. et. al. Ganhos e perdas relacionadas ao comportamento social das empresas – XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba, PR: outubro/2002.
- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MEC – SECAD – Por Uma Política Pública de Educação do Campo – <http://portal.mec.gov.br/secad> – Acesso: 21/05/2006.
- MÉLO, L. G. D. et al. *A apropriação dos conceitos da qualidade na gestão de uma escola pública – um caso que deu certo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXII. Curitiba, 2002.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.
- NAVARRO, Z. *Do “mundo da roça” ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil*. Brasília: NEAD, Relatório de pesquisa, 2002.
- OLIVEIRA, R. P.; SOUZA, S. M. *A avaliação de um curso: uma dimensão da avaliação na universidade*. Revista Adusp, p. 1-12. Outubro 1999.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. – 5. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasilienses, 2003.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. V.; BERRY, L. L. *A Conceptual Model of Service Quality and Its Implications for Future Research*. *Jornal of Marketing*, vol. 49, 1985, p. 41-50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA. *Plano Municipal de Educação 2004 – 2013*. Delfim Moreira, 2003.

PINTO, H. P. *O global e o local na construção de práticas curriculares*. São Paulo: PUC/SP, 2005. [Tese].

PORTER, E. M. *Competição – estratégias competitivas essenciais*. 4ª ed. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1999.

POSSAMAI, O. & PONTES, J. *Responsabilidade social das organizações – um modelo para priorizar as necessidades sociais da região onde a organização está inserida – XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Curitiba, PR: outubro/2002.

Projeto Pedagógico da Escola Técnica LIMASSIS. Delfim Moreira: 2001.

PROEP. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico*. MEC, 2000.

REZENDE, A. M. *Concepção fenomenológica da educação*. São Paulo: Cortez 1990.

SÁ, C. P. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.

SHNEIDER, S. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. *Sociologias*. [online]. Jan./jun. 2004, no. 11 [citado 26 de maio 2005], p.88-125.

VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. CNDRS, MDA, NEAD, Texto para Discussão nº 01. Brasília, 2001.

VEIGA, J.E. *O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*, *Estudos Avançados*. 43, Setembro-Dezembro 2001, pp. 101-119.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

www.ibge.gov.br